

1199000896



**DIREITO , TRABALHO
E
BUROCRACIA**

23

Volume 2

**Flavio Carvalho de Vasconcelos
EAESP/FGV**

DISSERTACAO DE MESTRADO



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



896/90



1199000896

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data	N.º de Chamada
19/11/90	349.2
N.º Volume	Registrado por
896/90	Hi

vic.
v. 2
e. 1

349.2 : 316.75

349.2 : 65.01

DIREITO E TRABALHO

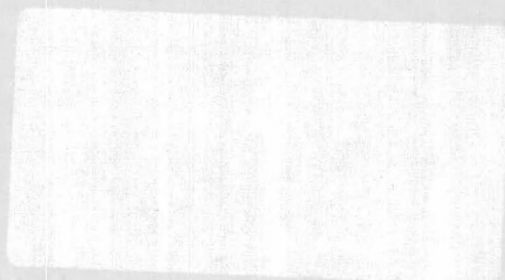
BIBLIOTECA

Volume 2

Flavio Carvalho de Vasconcelos

ESPANHA

DIRETÓRIO DE REGRAS



TEORIA DO DIREITO E AÇÃO SOCIAL

A JURIDIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Com o colapso catastrófico da Antiguidade Clássica na queda do Império Romano, desorganizou-se a escravatura como forma de trabalho dominante. Embora a situação do escravo antigo fosse contraditória, como que revelando as contradições estruturais do universo clássico, em momento algum se poderia supor uma relação bilateral (sinalagmática) a partir de um estado de escravatura, que é essencialmente potestativo, apesar das leis que no final do império romano procuravam evitar os maus tratos recebidos pelos escravos.

No contexto do Feudalismo, a servidão era uma relação jurídica sinalagmática, ainda que nitidamente desequilibrada em favor do senhor, e pressupunha a existência de alguns direitos por parte dos servos. Obviamente, estes direitos não descaracterizavam uma relação de dominação, mas introduziam um aspecto importantíssimo: o servo passou a ser sujeito de direito, no sentido do direito subjetivo, embora esta categoria ainda não tivesse sido formalmente definida, pois cabia ao servo alguns direitos em relação ao senhor. A fórmula "glebae adscripti", afinal continha uma relação jurídica inovadora em certos aspectos, mas a concepção atual de Direito começou a ser gerada na idade moderna, numa época em que as matrizes básicas da modernidade ocidental iniciavam sua gestação.

O NASCIMENTO DOS DIREITOS NATURAIS MODERNOS EM

HOBBS

A obra de Hobbes¹ foi vulgarmente interpretada como uma defesa do Absolutismo, legitimadora do poder estatal opressor do indivíduo, mas uma análise mais detalhada dos escritos deste autor lhe conferirá um perfil diverso e mais sutil.

Outras análises pretendem atribuir à filosofia política moderna o papel de um epifenômeno da economia de mercado, seguindo uma tendência de determinação das instâncias políticas e filosóficas pela instância econômica.

A filosofia política moderna tem características que não podem ser explicadas apenas pela emergência da economia de mercado.²

1 A escolha da obra de Thomas Hobbes não foi meramente casual, entre os filósofos modernos. Dada a impossibilidade de fazer uma retrospectiva ampla do nascimento do conceito moderno de Direito, Hobbes parece ser um dos mais interessantes escritores desta época pela polêmica que suas idéias provocam. Há em Hobbes a provocativa união de uma ontologia realista e uma epistemologia nominalista, aparentemente contraditórias, mas que preservam até hoje o valor do seu pensamento, pois esta característica é uma presença latente em algumas correntes de pensamento sociológico e jurídico atual.

2 Nas palavras de M. Merleau-Ponty: Os sistemas de pensamento excedem as suas conexões históricas.

Tomando o exemplo de Thomas Hobbes, podemos ver que sua obra se centrará nas noções de indivíduo e de Direto.

Thomas Hobbes seguirá a tendência de Okhan, que posteriormente chamou-se de Nominalismo, que precede a inversão da relação sujeito-objeto no conhecimento, configurada na filosofia de Descartes³ e depois em Kant⁴.

O Nominalismo, afirmando a existência real dos indivíduos e negando a existência de relações inscritas na natureza, nega as categorias universais aristotélicas e a existência de uma ordem (" Logos ") no universo. Neste contexto, Hobbes tem uma concepção peculiar de indivíduo. Para ele, os indivíduos reivindicam direitos, não apenas o direito de propriedade, mas direitos mais amplos, centrados na idéia de conservação da vida. O individualismo de Hobbes apreende os indivíduos como conjuntos de direitos, e estes direitos são coisas que lhe são devidas por todos os outros homens.⁵

Direito é definido por ele como a liberdade de se servir de suas faculdades naturais segundo a reta razão. Se o direito é liberdade, se diferencia das leis que são

3 Ver René Descartes, Discurso sobre o método, São Paulo, Hemus.

4 Ver Emmanuel Kant, Crítica da razão Pura, São Paulo, Hemus.

5 Ver H.Villey, "La Formation De La Pensée Juridique Moderne", Paris,(

restrições à liberdade.

"O direito de natureza , a que os autores geralmente chamam jus naturale , é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder , da maneira que quiser , para a preservação de sua própria natureza , ou seja , de sua vida ; e conseqüentemente de fazer tudo que seu próprio julgamento e razão lhe indicaram como meios adequados para este fim.

Por liberdade se entende , conforme a significação própria da palavra , a ausência de impedimentos externos , impedimentos que muitas vezes tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer , mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta , conforme seu julgamento e razão lhe ditarem "

Frequentemente se diz que em Hobbes a lei do soberano é a origem do Direito, mas esta interpretação não está correta, pois os direitos nascem da natureza do indivíduo, de seus poderes (faculdades) e da razão (entendida como cálculo de conseqüências).

Sendo a reta razão um raciocínio calculado de

adequação meio-fim⁷, e, dada a conservação da vida, fim absoluto, os meios adequados para atingir este fim constituem direitos naturais do indivíduo.

Esta concepção do Direito como atributo do indivíduo, data destas formulações do início da idade moderna, sendo em essência, diferente da concepção de Direito na idade antiga e na idade média.

Na tradição clássica de Aristóteles e São Tomás de Aquino⁸, o Direito não pode ser construído a partir da natureza do homem isolado como indivíduo. O Direito é construído a partir do "Logos", uma lógica objetivamente dada na natureza, cósmica, e não a partir unicamente da

7 Há neste conceito uma semelhança, digna de nota, com a racionalidade instrumental que Max Weber irá definir mais tarde, uma vez que ambos estão centrados no conceito de cálculo premeditado

Ver Thomas Hobbes, *Leviatã*, São Paulo, Abril Cultural, 1979, Cap. 5 (Da Razão e da Ciência).

8 "La sociedad y el Estado constituyen una dimensión ontológica del ser humano, son algo fundado y ahincado en la más íntima entraña del hombre, nada ajeno a él. De esta suerte, el Estado constituye un producto de la naturaleza, no en el sentido de algo causado directamente por ella, sino de algo que hacen los hombres en virtud de los más hondos y consustanciales impulsos de su ser; y puesto que todo lo que es natural procede de Dios, el Estado es, en definitiva, obra divina."

Eustáquio G. Gutiérrez, *La Filosofía Política de Sto. Tomás de Aquino*, Madrid, Ed. Revista de Derecho Privado, 1945, Pg 13.

natureza individual. Consequentemente, a noção clássica de Direito baseia-se na Justiça⁹, na harmonia, e remete à categoria dos deveres,¹⁰ que são a necessidade de seguir a ordem inscrita na natureza, na essência das relações. Por isso a noção clássica de Direito e Justiça só pode ser pensada a partir do universo como um todo ordenado e jamais a partir do indivíduo isolado, pois segundo Aristóteles o Homem é um animal político¹¹ e fora da comunidade não pode realizar sua característica humana. Não há, pois, como pensar o indivíduo isolado e daí derivar-lhe direitos,

9 Ver , neste sentido , as figuras mitológicas das deusas grega e romana da Justiça , como representações de práticas sociais diferenciadas .

10 Ver Léo Strauss , The Political Philosophy of Hobbes, Chicago , Un. of Chicago Press , 1976 .

11 " ... Il est donc évident que toute cité est dans la nature , et que l'homme est naturellement fait pour la société politique . Celui qui par son naturel et non par effet du hasard , existerait sans aucune patrie , serait un individu détestable , très au-dessus ou très au dessous de l'homme , selon Homère :

" UN ÊTRE SANS FOYER , SANS FAMILLE ET SANS LOIS".

(...) Aussi l'homme est-il un animal civique , plus social que les abeilles et autres animaux qui vivent ensemble."

Aristote , Politique , comentado por Marcel Prélot , Paris , P.U.F. , 1950 ,

dentro da filosofia clássica¹².

Para os modernos, o Direito, ao invés de exprimir uma ordem inscrita objetivamente na ordem das coisas, passa a centrar-se no sujeito em particular. Neste sentido, o Direito passa a ser direito subjetivo e terá sua definição mais clássica dada por Jhering¹³, como sendo o interesse juridicamente protegido. Neste sentido, completa-se a transição do Direito inscrito na ordem cósmica para o Direito definido a partir do indivíduo, isolado.

Retornando à definição de Hobbes de Direito, é possível notar um outro aspecto importante: a elevação do poder à categoria de Direito, pois o Direito em Hobbes nada mais é que a liberdade de exercício de poderes naturais.

Neste contexto, Leo Strauss conclui que se em Aristóteles a sociedade é anterior ao indivíduo e há uma ordem cósmica objetiva e o dever é o fato político fundamental, em Hobbes a sociedade é posterior ao indivíduo (daí ser possível a ficção do estado de natureza), não há uma ordem natural e o Direito é o fato político fundamental, deduzido da natureza do indivíduo.

A ênfase na individualização e subjetivização dos

¹² Seria impossível, desta forma, a suposição de um "estado de natureza", feita, entre outros por Hobbes e Rousseau.

¹³ Ver Giorgio Del Vecchio, Lições de Filosofia do Direito, Coimbra, A.

direitos será uma das tendências características da idade

moderna.

Mas da indeterminação dos conteúdos dos direitos ,

subjetivamente definidos , a não ser o direito à vida ,

nasce a idéia do Estado como fonte de todo o Direito real ,

senhor absoluto do governo e das leis , pois na perspectiva

hobbesiana esta é a única garantia contra o estado de

natureza.

Além do mais , sugestivamente , o Direito passa a

ser identificado com uma forma de Poder.

A noção do estado como fonte do direito , mesmo

relativizada posteriormente , veio a constituir um dos

fundamentos da dogmática jurídica , juntamente com a idéia

de Direito subjetivo. Deste modo a dogmática jurídica

encontra as bases de sua configuração atual , não só na

recuperação do Direito Romano , mas também nas idéias

políticas fundadoras do Estado Moderno , das quais as

concepções hobbesianas são das mais significativas.

A RECUPERAÇÃO DO DIREITO ROMANO E A REFEI-
ÇÃO DO TRABALHO

Além do particularismo político-feudal, as formas jurídicas medievais especialmente a concepção condicionada da propriedade, constituíam elementos adversos à instituição do comércio em larga escala, típico do capitalismo mercantil. Neste sentido, Henri Pirenne afirma:

" O direito tradicional com seu processo estritamente formalista, com seus ordálios, os seus duelos judiciais, seus juízes recrutados da população rural e que conheciam unicamente o direito consuetudinário que se elaborara pouco a pouco, para regulamentar as relações dos homens que viviam do trabalho ou da propriedade da terra, não basta a uma população cuja existência depende do comércio ou do exercício de alguma profissão. "14

14 Henri Pirenne , História Econômica e Social da Idade Média , São Paulo ,

Mestre Jou , 1982 , Pg 57.

A autonomização das cidades permitiu que estas criassem magistraturas urbanas e um verdadeiro "status" jurídico de privilégio em relação à feudalidade dominante. A absorção do direito romano como paradigma jurídico emergente foi consequência da coincidência de suas características principais como os interesses da nova conjuntura social no tocante à previsibilidade jurídica, na absolutização da propriedade e na remoção dos obstáculos ao comércio.

" A densa exuberância do direito consuetudinário nunca deixara morrer completamente a memória e a prática do direito civil romano na península onde sua tradição era mais firme , a Itália . Foi em Bolonha que Irnério , a " luz do direito " reiniciou os estudos sistemáticos dos códigos de Justiniano , no princípio do século XII." ¹⁵

" No aspecto econômico a recuperação e introdução do direito civil clássico foi fundamentalmente propícia ao crescimento do capital livre na cidade e no campo, pois a grande característica do direito civil romano foi a sua concepção de propriedade privada

¹⁵ Perry Anderson , Linhagens do Estado absolutista , Porto , Afrontamento ,

absoluta e condicional. A concepção clássica da propriedade quiritária quase se perdeu nas sombrias profundezas do feudalismo primitivo. O modo de produção feudal, como vimos, definia-se precisamente pela propriedade "escalonada" ou condicional, complemento de sua soberania parcelarizada. "16

Assim, a recuperação do direito romano vem em resposta a demandas sociais claras e específicas, sendo caracterizada mais pela aplicabilidade operacional às novas realidades do que a uma neutralidade histórica.

Os estudos do direito romano iniciados na Universidade de Bolonha, em plena idade média, se caracterizaram pela operacionalidade, na medida em que constituíam uma dogmática, um pensamento que visa a dicidibilidade, baseando-se na inegabilidade dos pontos de partida.

" A ciência europeia do direito propriamente dita nasceu em Bolonha no século XI. Com um caráter novo, mas sem abandonar o pensamento prudencial dos romanos, ela introduz uma nota diferente no pensamento

16 Perry Anderson, Linhagens do Estado absolutista, Porto, Afrontamento,

jurídico, sua dogmaticidade. O pensamento dogmático em sentido estrito, pode ser localizado em suas origens neste período. Seu desenvolvimento foi possível graças a uma resenha crítica dos Digestos justinianeus (" Littera Boloniensis "), os quais foram transformados em textos escolares de ensino na universidade.

Aceitos como base indiscutível do direito, tais textos foram submetidos a uma técnica de análise que provinha das técnicas explicativas usadas em aula, sobretudo no " Trivium " - Gramática, Retórica e Dialética - , caracterizando-se pela glosa gramatical e filológica. ¹⁷

Coloca-se, então, que além de trazer uma concepção incondicionada de propriedade, necessária ao desenvolvimento do capitalismo, a recuperação do direito romano e a sua adaptação às condições sociais vigentes, teve o papel de conferir previsibilidade e confiabilidade às decisões jurídicas, como forma de garantir a segurança dos investimentos dos comerciantes capitalistas e, mais tarde, foi usada também como forma de reprimir as manifestações

17 Tércio S.Ferraz Jr., Função Social da Dogmática Jurídica ,

camponesas que visavam a abolição dos privilégios feudais.

" A ameaça da instabilidade camponesa incontestavelmente constitutiva do Estado Absolutista, conjugou-se com a pressão do capital mercantil ou manufatureiro sobre o conjunto das economias ocidentais, (...) encontrou uma condensação jurídica singular, o reflorescimento do direito romano, um dos movimentos culturais da época, serviu ambigualmente às duas classes cujo nível e poder desigual moldaram as estruturas do Estado Absolutista . "18

Desta forma, a recuperação do direito romano sobre a forma de uma dogmática teve o papel de substituir as relações jurídicas condicionadas da idade média e dar às novas relações econômicas uma base jurídica que permitisse o seu desenvolvimento.

O trabalho, já reificado no feudalismo, na proporção em que o servo era sujeito de direito e devia obrigações em trabalho, encontrava uma nova forma de expressão. Assim como a propriedade feudal condicionada foi substituída por uma noção absolutizada de propriedade, o

18 Perry Anderson , Linhagens do Estado absolutista , Porto , Afrontamento ,

trabalho, de relação fática, objeto condicionado de direito, assumiu, definitivamente, a sua posição de mercadoria, coisa, sobre a qual recaia uma relação incondicionada de propriedade, que pode ser transacionada, vendida, comprada, no âmbito do mercado.

A DOGMÁTICA JURÍDICA COMO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO

OPERATIVO

A abordagem das questões jurídicas pode se dar segundo dois ângulos distintos: a dogmática e a zetética, que se diferenciam quanto à natureza de seus enfoques.¹⁹

A dogmática jurídica é um tipo de conhecimento jurídico preocupado acima de tudo com a decidibilidade, com a operacionalização jurídica dos conflitos, sendo redutora de incertezas, criando padrões de conduta e decisão.

A zetética, ao contrário, tem função de crítica, menos comprometida com a decidibilidade das questões jurídicas do que com a cientificidade, as condições do conhecimento jurídico e a sua adequação à realidade, sendo uma forma de conhecimento problematizante e geradora de incertezas.

O discurso da dogmática jurídica, ao colocar o estado como decididor neutro e supra-social, reproduz o conceito de uma separação dicotômica entre estado e sociedade. Pressupõe também uma estrutura de discurso diferenciada daquela do discurso científico, na medida em que não está voltada à busca da verdade, mas da

19 Ver Tércio S. Ferraz Jr, Introdução ao Estudo do Direito, São Paulo, Atlas

operacionalidade, sendo, em princípio, fechado a qualquer questionamento de seus pressupostos, no que se convencionou chamar de inquestionabilidade dos pontos de partida. A ciência jurídica tem sido considerada um saber prático, que visa fazer um corte dos elementos de decisão relevantes e não descrever a realidade segundo critérios de verificabilidade. A dogmática tem uma função pedagógica de modelagem de comportamentos sociais, além de uma função padronizadora das decisões e institucionalizadora da tradição.

Neste sentido, a dogmática jurídica é uma tecnologia que visa instrumentalizar a ação sobre a sociedade. Sendo a organização burocrática aquela que se funda sobre autoridade racional-legal de caráter normativo, temos que a decidibilidade, como problema central da dogmática jurídica, se coloca como tecnologia de ação básica do corpo burocrático. Os pressupostos weberianos de aceitação deste tipo de autoridade são os mesmos pressupostos de aceitação da operacionalidade da dogmática jurídica.

A interpretação dogmática, desproblematizante das normas de constituição e funcionamento da burocracia (estática e dinâmica), são condições necessárias para a existência das organizações burocráticas, que dela tiram a sua legitimidade e eficácia no controle de comportamentos.

A zetética, neste contexto, cumpre um papel de constante questionamento, e em uma relação dialética, é

responsável pela evolução da dogmática, no sentido de se adequar a uma realidade social sempre em mutação, pois os mecanismos dogmáticos de adaptação dos padrões de decisão se encontram tolhidos pela sua rigidez estrutural. Mas as considerações de natureza zetética obscurecem os critérios de decidibilidade, que são a própria essência da legalidade burocrática.

O cerne da burocracia está no poder exercido através do tratamento hierarquizado de informações²⁰, e este tipo de tratamento deve basear-se na estabilidade normativa, segundo critérios minimamente operacionais, com vistas à decisão, o que, inequivocamente, cai no domínio da dogmática jurídica como tecnologia decisória.

A organização burocrática pode processar informações com base em uma lógica não legal ou contradogmática, mas ao menos uma parte desta informação, a parcela ligada a auto-organização do sistema burocrático,

20 Weber ressalta, neste sentido a função da preservação de segredos como um dos elementos de manutenção do poder burocrático, uma vez que a informação é a sua tecnologia básica e sua fonte de poder, impondo uma ordem burocrática nas esferas de sua atuação.

"tôda burocracia busca aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados, mantendo secretos seu conhecimento e intenções. A administração burocrática tende sempre a ser uma administração de sessões secretas: na medida em que pode, oculta seu conhecimento e ação da crítica."

Max Weber, Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro, Zahar, 4ed, 1979, Pg

deve ser tratada por critérios legais e dogmáticos, para conferir à organização sua identidade formal.

TEORIA DOGMÁTICA DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO

Dado o caráter instrumental-decisional da dogmática jurídica, a decisão se torna obrigatória, uma vez submetida à apreciação do poder judiciário²¹, não podendo este alegar a inexistência de norma específica para não decidir a questão. O ordenamento jurídico, entendido como um conjunto estruturado e dinâmico de normas jurídicas²², tem regras decisoriais abstratas que permitem a decisão em casos não previstos, lacunas, por critérios de analogia e equidade.

Se considerarmos dois tipos de eventos previstos no ordenamento, teremos:

N_p = conjunto de eventos previstos

N_i = conjunto de eventos imprevistos

tais que $N_i + N_p = N_u$, onde

N_u = conjunto de todos os eventos possíveis.

N_i não é um conjunto vazio, em geral.

21 Este é um princípio jurídico consagrado doutrinariamente e tradicionalmente incorporado à legislação.

Ver a Lei de Introdução ao Código Civil e a Constituição Federal de 1988.

22 Para uma visão geral e crítica dos problemas que envolvem o conceito de ordenamento jurídico: Ver Norberto Bobbio, Teoria do Ordenamento Jurídico, São Paulo : Pólis, Brasília : Ed. U.N.B., 1989.

Aos eventos imprevistos podem ser imputadas sanções já previstas em outra norma que regula casos semelhantes, ou ainda uma sanção concebida " ad hoc ".

O quadro abaixo apresenta as situações possíveis:

		Imputação	
		Prevista	Imprevista
Evento	Previsto	A	-----
	Imprevisto	B	C

Onde: A = interpretação

B = analogia

C = equidade

A interpretação é definida na doutrina dogmática como sendo a atribuição de um sentido à norma²³. Há nesta doutrina a descrição de diversos tipos de interpretação, entre os quais se destacam:

23 O que pode ser compreendido no modelo de Greimas e Landowski, a ser visto posteriormente, como passagem da gramaticalidade jurídica à semanticidade jurídica.

a) Interpretação gramatical , baseada na morfosintaxe do texto legal.

b) Interpretação lógico-sistemática, baseada na comparação com outros textos, dentro da inserção da norma específica no ordenamento.

c) Histórica, baseada na comparação inter-temporal de textos.

d) Teleológica, baseada na procura de um fim, de um objetivo expresso na norma.

e) Autêntica, dada pelo próprio órgão que editou a norma.

A analogia é a aplicação, como parâmetro de julgamento, de uma norma que prevê em casos semelhantes, dada a inexistência de norma específica para julgar o caso em questão, uma solução.

Na possibilidade de um caso real que não apresente semelhança com nenhum caso previsto em norma, procede-se ao julgamento por equidade, baseando-se em um critério de justiça subjetiva do julgador.

O tema central da teoria dogmática do Direito é a interpretação , uma vez que este é o processo que define a aplicação dos conteúdos normativos e permite a operacionalidade do Direito. Hans Kelsen²⁴, fundamentalmente

24 Ver Hans Kelsen , Teoria Pura do Direito ,Coimbra,A. Amado , 1979 , Cap 8.

preocupado em dar um aspecto científico²⁵ ao Direito, define-o como ordenamento jurídico , conjunto articulado de normas , dinamicamente interativas (Nomodinâmica), baseadas na existência de uma norma fundamental (Norma hipotética , fundante da validade formal e da unicidade do ordenamento) e da categoria lógica de imputação.

Em Kelsen os conteúdos das normas não podem ser objeto da ciência do Direito , que poderia apenas tratar de proposições jurídicas , inferências lógicas sobre a coerência formal do ordenamento. O conteúdo das normas jurídicas seria determinado em função de critérios extra-jurídicos , de origem política , ética ou moral , dentro de um quadro de referência dado pela ciência jurídica.

Na aplicação do Direito , Kelsen confere à interpretação o papel de atribuir sentido à norma , a partir de uma "moldura" dentro da qual há várias possibilidades de entendimento . A indeterminação detectada por Kelsen deriva da polissemia e da ambiguidade das línguas naturais , que , num jogo denotação/conotação evidencia a impossibilidade de uma certeza total do seu sentido.

Este quadro demonstra que a interpretação normativa é um palco perfeito para tensões intersubjetivas e exercícios de poder colaterais ao poder explícito na norma.

Da relativização do Direito como conhecimento

25 A cientificidade pretendida por Kelsen concerne à certeza , dentro de um paradigma científico pré-relativista.

prescritivo determinado e unívoco, surge um espaço para as atividades que Kelsen classificaria como extra-jurídicas, a exemplo da moral, da ética e das relações de força, não só física mas também simbólica²⁶, num contexto de interação comunicativa e retórica.

26 Ver:

- a) Maria Celeste C. L. dos Santos, Poder Jurídico e Violência Simbólica, São Paulo, Cultural Paulista, 1985.
- b) José Eduardo C. O. Faria, Eficácia Jurídica e Violência Simbólica, São Paulo, EDUSP, 1988.

A DUPLICIDADE LÓGICA DO DIREITO

As análises sistêmicas do Direito não deixaram de apontar algumas características importantes da dogmática do Direito.

A dogmática jurídica, enquanto tecnologia decisional, apresenta uma duplicidade lógica²⁷. De um lado, há uma lógica procedimental normativa adaptada às situações de elevada certeza e estabilidade ambiental e paramétrica.

27 Theodor Viehweg enfrenta esta questão colocando os conceitos de tópica e axiomática. A Tópica seria uma forma de pensamento problematizante, voltada para o discurso e o convencimento do interlocutor, baseando-se na indeterminação básica da linguagem, no uso dos "Topos", lugares-comuns, expressões de sentido vago que interrompem a determinação de um nexos lógico preciso e definido aprioristicamente, introduzindo um elemento de contingência na cadeia de raciocínio, que do nível da racionalidade objetiva (Axiomática) passa ao nível da racionalidade subjetiva, com claras implicações valorativas.

A Tópica constitui um impedimento à cientificação do Direito na medida em que introduz a indeterminação sistêmica e coloca como ponto central da prática jurídica a aporia fundamental da Justiça, questão irresolúvel por se remeter à racionalidade subjetiva substantiva individual.

No entanto, há um certo conteúdo axiomático no Direito, porém a presença do pensamento tópico é característica do procedimento decisório jurídico em todas as suas etapas históricas.

Ver Theodor Viehweg, Tópica y Jurisprudencia, Barcelona, Taurus, 1964.

De outro, há uma lógica adaptativa recursiva, adequada a situações de elevada incerteza e instabilidade.

Uma lógica do primeiro tipo regula a aplicação direta da norma, e uma lógica do segundo tipo caracteriza os processos de integração do Direito, conferindo-lhes flexibilidade em relação às evoluções sociais, dando-lhe o caráter evolutivo do sistema dogmático.

A existência de uma lógica axiologicamente neutra, enquadrável no primeiro tipo (procedimental-normativo), baseia-se na hipótese de existência de um núcleo lógico mínimo de aplicação do Direito que tenha critérios operacionalizáveis de consistência e determinabilidade formal. Em outras palavras, se pressupõe a existência de uma lógica jurídica capaz de reduzir casos concretos a padrões processáveis, através de um procedimento algorítmico definido.

É possível definir estas duas lógicas, numa visão comunicacional do Direito, em termos de códigos fortes e códigos fracos. Os primeiros, são claros, precisos e denotativos, ao passo que os códigos fracos são vagos, imprecisos e conotativos.²⁸

Em uma visão sistêmica, estes procedimentos se integrariam complementarmente como esquemas decisórios enquadrados na perspectiva do Direito como um instrumento de

28 Ver Tércio S. Ferraz Jr, Teoria da Norma Jurídica, Rio de

Janeiro, Ed. Forense, 1978.

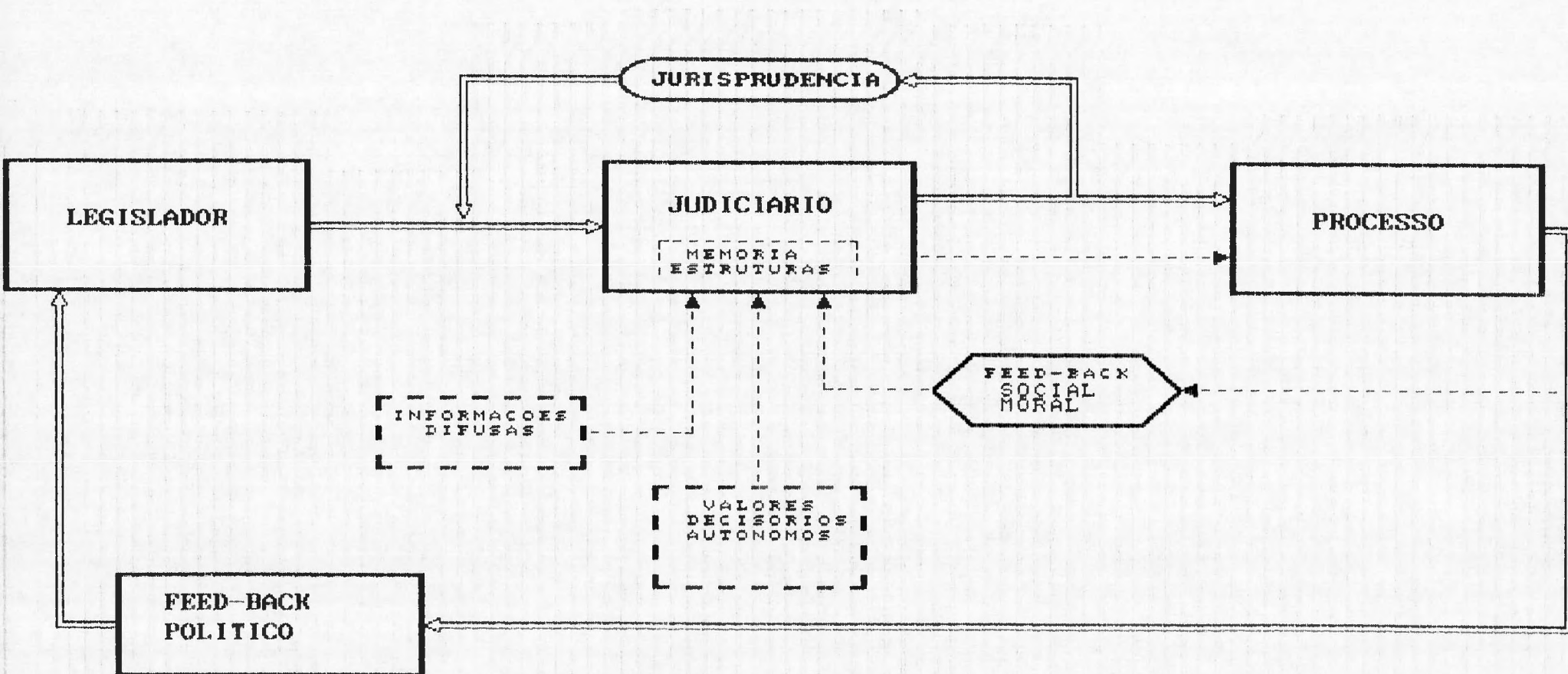
controle social.

O gráfico seguinte exemplifica competentemente esta abordagem ²⁹:

29 Gráfico adaptado a partir de:

a) De Mayo , Bartezzaghi , A informática eo processo de tomada de decisão ,
São Paulo , Max Limonad , 1985 , Cap. 1

b) Oran R. Young , Introdução à Análise de Sistemas Políticos , Rio de
Janeiro , Zahar , 1970 , Pg 72.



ESPECIFICIDADES DO DISCURSO JURÍDICO

A dogmática jurídica, enquanto tecnologia decisional, tem uma linguagem própria, e sobre ela se estabelece um metadiscorso que proporciona sua integração funcional³⁰.

Pode-se definir uma linguagem em termos semióticos a partir da presença de dois elementos:

- a) Um léxico, ou seja, um conjunto de signos;
- b) Uma gramática, ou seja, um conjunto de regras de codificação.

Postular a existência de uma linguagem jurídica autônoma implica em reconhecer a existência de formas distintas de gramática e/ou léxico jurídicos.

A gramática jurídica exhibe peculiaridades relevantes em relação à gramática da comunicação linguística habitual, pois enquanto esta é flexível e vaga, a gramática jurídica se pretende explícita e rígida, sendo um corpo de regras claras e aberto, publicamente conhecido, e que se apresenta como uma gramática capaz de criar, sempre, fórmulas bem formadas (FBF's), de significado lógico claro e não dando lugar a ambiguidades.

30 Ao mesmo tempo que propicia a integração funcional do Direito, este metadiscorso permite compreender a dicotomia denotação/conotação como origem da duplicidade (ou multiplicidade) lógica do Direito.

No entanto, a gramática jurídica não toma a forma de um sistema hierarquizado de conceitos, organizados em uma série dedutiva, mas como uma extensiva sintaxe de proposições normativas do tipo silogístico³¹. Esta gramática explícita na sua sintaxe, deixa, no entanto, oculta a sua origem e a classificação de suas categorias fundamentais, sendo, neste sentido, morfologicamente contingente.

O léxico jurídico também se diferencia do natural. As palavras e expressões na terminologia jurídica têm um sentido específico, embora nem sempre restrito e livre de ambiguidades. Como o léxico e a gramática jurídica são ambíguos, faz-se necessário um metadiscurso dogmático na forma da doutrina tradicional do Direito para "esclarecer" conceitos e servir de introdução pedagógica à linguagem jurídica, expondo alguns de seus pressupostos, para permitir a transmissão deste saber operacional.³²

Apesar da doutrina frequentemente se referir à

31 Este aspecto silogístico tem sido questionado pelas teorias jurídicas mais recentes, que reconhecem que o silogismo não garante a coerência das conclusões apenas pela sua forma aparente.

32 Para uma crítica dos métodos de ensino jurídico:

Ver Luís A. Warat & Rosa M. Cardoso da Cunha, Ensino e Saber Jurídico, Rio de Janeiro, Eldorado-Tijuca, 1977.

ciência do Direito³³, tal colocação é contestável nos termos que é frequentemente usada para designar o Direito, na medida em que a dogmática jurídica é um tipo de saber que não está comprometido com a busca da verdade no sentido científico, e mesmo de uma previsão, não sendo sujeito a critérios de verificabilidade. Os problemas concernentes à dogmática jurídica são ligados à eficácia, validade, vigor, coatividade, coercitividade, obrigatoriedade, proibições, lacunas, antinomias, etc...

A dogmática se realiza na eficácia e na legalidade³⁴, sendo esta última entendida como a coerência normativa dentro de uma lógica própria, que procura controlar a ambiguidade que lhe é inerente.

33 É possível conceber uma ciência do Direito, se esta se propuser a conhecer, sob o critério de verdade, o objeto "Direito".

34 Kelsen vincula a validade formal da norma ao seu modo de eficácia,, procurando integrar o normativo e o real dentro da sua concepção de Direito como "ordem estatuidora de atos de coerção".

Ver Hans Kelsen, Teoria Pura do Direito, Coimbra, A. Amado, 1979.

OS NÍVEIS ISOTÓPICOS DO DISCURSO JURÍDICO

A questão da integração do Direito encontra uma explicação a nível da análise semiótica que esclarece o papel da duplicidade lógica na aplicação do Direito.

" Se é verdade que o discurso jurídico parece a todo instante contaminado por uma espécie de duplicidade, é porque ele se desenvolve sobre uma dupla isotopia: a primeira é representada pelo discurso legislativo, feito de enunciados performativos e normativos, instaurando seres e coisas, instituindo as regras de comportamento lícito e ilícito, ao passo que a segunda ~~aparece sob a forma de um discurso~~ referencial que, embora não passe de uma elaboração ideológica, uma cobertura discursiva do mundo, apresenta-se como o próprio mundo social, anterior à fala que o articula".³⁵

35 Algirdas Julien Greimas, & Eric Landowski, " Análise Semiótica de um Discurso Jurídico", in Semiótica e Ciências Sociais, São Paulo, Ed.Cultrix, 1981.

Nesta visão, os dois níveis do discurso jurídico se articulam dinamicamente, tanto na produção quanto na verificação jurídicas.

Do ponto de vista semiótico, a produção jurídica se dá através da construção de uma gramaticalidade jurídica, a partir de um conteúdo juridicamente a-semântico, ao qual é atribuído significação jurídica e posteriormente enquadrado na gramática jurídica. A verificação jurídica (aplicação normativa), se dá pela juridificação de uma proposição gramatical posteriormente transferida ao nível semântico-jurídico.

Greimas e Landowski³⁶ apresentam um esquema desta dinâmica:

G = gramaticalidade jurídica

G' = agramaticalidade jurídica

S = semânticidade jurídica

S' = a-semânticidade jurídica

36 Algirdas Julien Greimas, & Eric Landowski, " Análise Semiótica de um Discurso Jurídico" , in Semiótica e Ciências Sociais , São Paulo , Ed.Cultrix , 1981 , Pg 81.

$G + S =$ discurso jurídico (juridicamente gramatical e semântico);

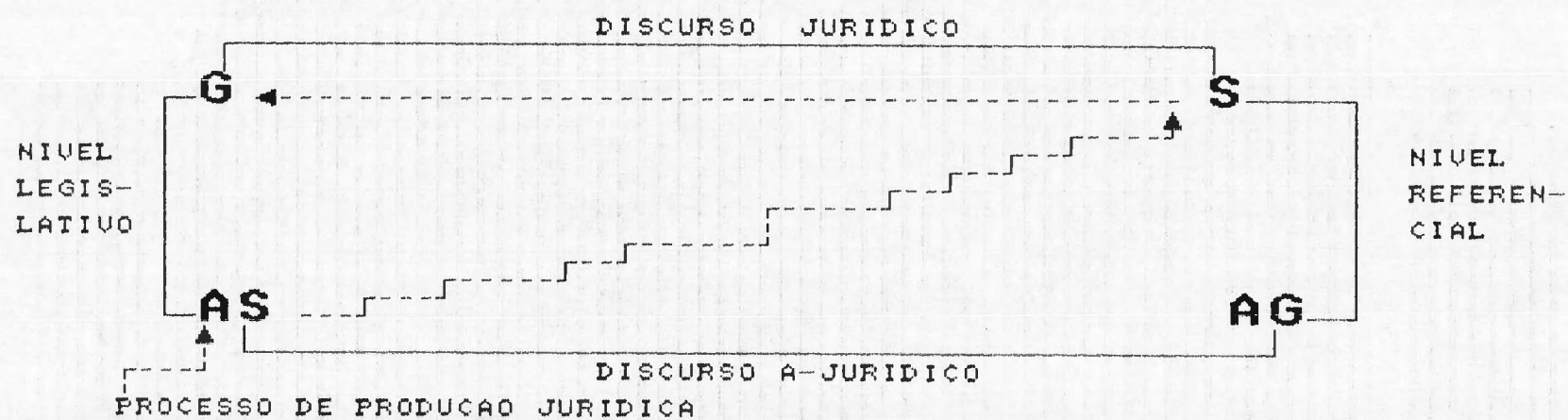
$G' + S' =$ discurso não jurídico (juridicamente agramatical e a-semântico);

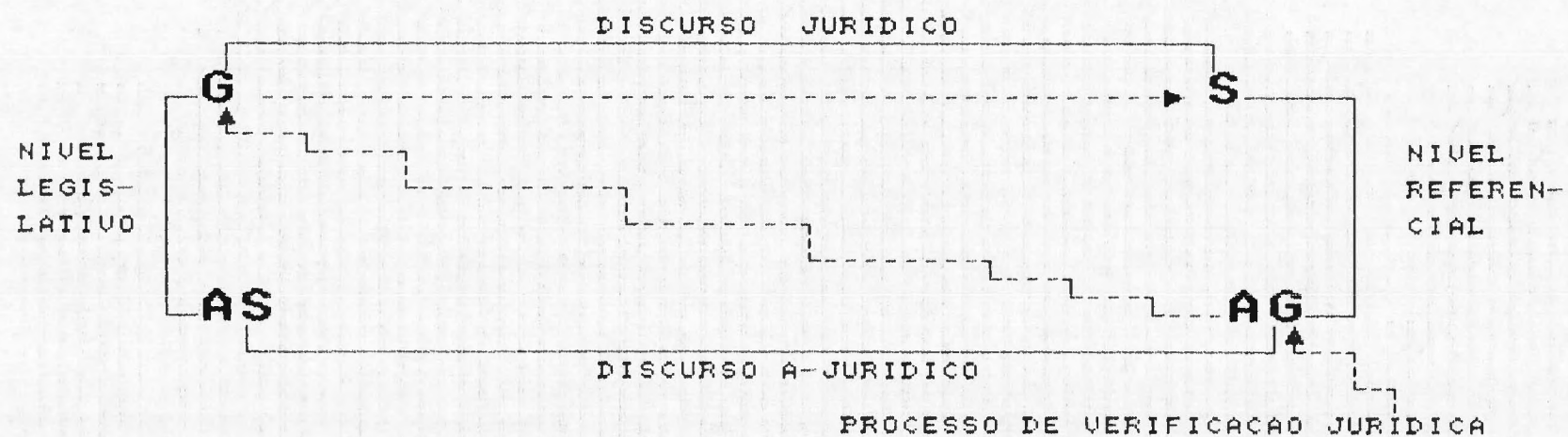
$G + S' =$ nível legislativo (gramaticalmente jurídico, sem conteúdo);

$G' + S =$ nível referencial (universo jurídico virtual, sem gramática);

$S' \text{-----} S =$ produção-----Transformação do
jurídica conteúdo virtual
em conteúdo jurídi-
co, usando a forma
gramatical.

$G' \text{-----} G =$ verificação-- Transformação dos
jurídica enunciados a-gra-
maticais em grama-
ticais, implicando
na semanticidade
jurídica de seu
conteúdo.





RELATIVIDADE LINGUÍSTICA

Uma temática que deve ser levada em consideração quando se tenta articular uma teoria baseada na intersubjetividade, é o relacionamento entre comunicação, linguagem e razão. Um dos defensores desta idéia é Benjamin Whorf, proponente de uma hipótese na qual os homens não possuiriam uma estrutura lógica comum anterior à linguagem e independente desta, ou seja, não existiria uma razão absoluta³⁷, mas uma razão linguística definida num contexto de interação social comunicativa.³⁸

37 Mannheim pode ser introduzido neste contexto com sua concepção relacional do conhecimento, ainda mais radical em termos da definição de amplitude de sua relatividade:

" A modern theory of knowledge which takes account of the relational as distinct, from merely relative character of all historical knowledge must start with the assumption that there are spheres of thought in which is impossible to conceive of absolute truth existing independently of the values and position of the subject and unrelated to the social context."

Karl Mannheim, " Ideology and the sociology of Knowledge", in May Brodbeck (Org.), Readings in the Philosophy of the social sciences, London, McMillan, 1968, Pg 123.

38 Ver Ludwig von Bertalanffy, Teoria Geral dos Sistemas, Petropolis, Vozes, 1977, Pg 295 e seguintes.

Esta hipótese nega frontalmente a tese kantiana da razão pura, organizadora de dados sensoriais em torno de categorias transcendentais apriorísticas.

Sem que seja necessário resolver esta questão (talvez uma questão aporética), pode-se propor a existência de um espaço racional onde coexistam formas elementares puras de razão, de tipo kantiano (ou ainda mais elementares), e uma relatividade linguística atuante na composição de categorias mais complexas. Esta idéia encontra um embasamento em Cassirer e Von Humboldt, na medida em que estes aceitam uma perspectiva de co-determinação linguística da razão³⁹.

Esta concepção é complementar à idéia de uma realidade subjetiva-interativa e permite o espaço para uma ética derivada da razão, como Kant desenvolve na crítica da razão prática e Erich Fromm⁴⁰ e Habermas retomam de forma modificada, ao mesmo tempo que permite uma relativização desta ética em função de contextos étnicos e culturais. O

39 Ver Alfred Schutz , El Problema de la Realidad Social , Buenos Aires , Amorrotu , Pg 248 .

40 "A ética , pelo menos no sentido da tradição greco-judaico-cristã , é inseparável da razão . A conduta ética se baseia na faculdade de fazer juízos de valores com base na razão ."

Erich Fromm , Psicanálise da sociedade contemporânea , Rio de Janeiro , Zahar , 1959 , Pg. 179 .

uso ético-moral da razão prática proposto por este último toma, assim, um novo significado, ao mesmo tempo consistente e relativo.

Adicionalmente, pode-se dizer que as especializações linguísticas das organizações burocráticas constituem, além de um elemento de identidade, um elemento de reforço e especialização de sua racionalidade instrumental.

Na medida em que se constituem organizações formais voltadas para a aplicação do Direito e na medida de sua complexificação, ocorre um processo concomitante de especialização linguística, que no quadro da funcionalidade dogmática serve para reduzir a polissemia e a ambiguidade da língua natural na qual a técnica dogmática se baseia.

Mais do que uma simples padronização de termos, a especificidade da linguagem jurídica co-determina uma forma própria de pensamento, parcialmente diferenciado dos raciocínios burocráticos não jurídicos, baseados numa leitura diversa das conotações das normas procedimentais e materiais.

A dogmática jurídica, ao criar seus termos, regras e símbolos, define uma lógica própria, derivação especializada da racionalidade instrumental-formal, condicionada pela sua linguagem, pelo seu objeto (o conflito) e pelos seus procedimentos de transmissão de informação, restritivos em função do limitante da "verdade formal", que cria uma situação decisional de baixa

conformidade , norteadas por raciocínios semelhantes à "bounded rationality" de H. Simon , pois em função da baixa informação, objetivos de "satisfação" substituem os objetivos maximizadores , mas , em essência, a instrumentalidade da cadeia de pensamento fica preservada e adapta-se à situação ambiental.

O PAPEL DO DISCURSO JURÍDICO INTERATIVO

A concepção de linguagem jurídica está implícita na visão tecnológica-operativa da dogmática⁴¹, mas a questão linguística, neste contexto, pode ser abordada de diversas formas.

Tradicionalmente a análise semiótica do discurso jurídico se faz pela interpretação, através de categorias semióticas, dos conteúdos e de sua disposição sintática no sentido estritamente linguístico.

Mas, conforme Foucault⁴², o espaço jurídico pode ser visto como um dos possíveis espaços de conflito social, nos quais se poderia pensar uma dinâmica social a partir de sujeitos históricos ativos.

41 Ver Juan Ramon Capela, El Derecho como Language, Barcelona, 1968.

42 Muitas vezes tido como descrente em qualquer forma de liberdade frente à malha de poderes que cercam o indivíduo, Foucault na verdade procura uma forma de resistência para a qual não é possível desconhecer o poder, para em certo sentido permitir o exercício de contra-poderes.

Neste sentido é interessante notar a noção de contra-justiça.

Ver Michel Foucault, Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 4ed, 1984, Pgs 66-67.

" Teria então chegado o momento de considerar esses fatos de discurso , não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico , mas , de certa forma - e aqui me inspiro nas pesquisas realizadas pelos anglo-americanos - como jogos (games) , jogos estratégicos , de ação e de reação , de pergunta e de resposta , de dominação e de esquiva , como também de luta . O discurso é este conjunto regular de fatos , linguísticos em determinado nível e polêmicos e estratégicos em outro ."⁴³

Estes jogos estratégicos possuem como pressupostos a consciência dos agentes e um conflito de interesses subjacentes, e, nesta visão, a conflituosidade é inerente ao discurso jurídico e o complexo argumentativo decisional da dogmática jurídica fornece o palco e os instrumentos do jogo.

Assim, de acordo com Tércio Sampaio Ferraz Jr., se pode considerar o discurso jurídico como uma pragmática, nos seguintes termos:

" Do até agora exposto, podemos dizer que nos permite configurar o discurso

43 Michel Foucault, A Verdade e as Formas Jurídicas , Caderno PUC n.16 , Rio de Janeiro ,4ed, 1979 .

normativo como um discurso decisório, estruturalmente ambíguo, em que o editor controla as reações possíveis dos endereçados ao garantir expectativas sobre as expectativas de reação, determinando as relações entre os comunicadores na forma de uma meta-complementaridade e imposição de simetria. "44

A ambiguidade do discurso jurídico, que se revela pela interação entre os níveis legislativo e referencial (e também pela interação com o universo extra-jurídico) permite uma pluralidade nas resultantes do processo de verificação jurídica.

Desta forma, o discurso jurídico está longe de ter uma neutralidade axiológica, sendo por excelência um instrumento de envolvimento social.

44 Tércio S.Ferraz Jr, Teoria da Norma Jurídica , Rio de Janeiro ,

A DEFINIÇÃO DE UMA ARENA JURÍDICA DE CONFLITOS IDEOLÓGICOS

O jurídico se apresenta, então, como uma arena estratégica em um sentido peculiar, em que as estratégias não são necessariamente definidas em função de uma racionalidade instrumental, mas frequentemente, nas questões mais importantes, em função de uma racionalidade substancial valorativa (demonstrando, a nível sociológico, uma ligação frequente entre valor e norma⁴⁵).

Dentro destas estratégias ao mesmo tempo instrumentais e substanciais, desenvolve-se a noção de que também a conscientização é necessariamente parcializada, pois uma única mente, finita, não pode se outorgar o domínio do conhecimento do "logos" do universo, da ordem total, em princípio muito mais complexa do que a ordem do sujeito cognoscente. Se todo conhecimento é parcial, isto implica no princípio da equivalência das diferenças intersubjetivas, base do relativismo epistemológico.

A produção e a verificação normativa, no seu funcionamento, implicam em uma semanticidade na qual está implícito o poder puro, no contexto de conscientizações parciais das regras do jogo, dos objetivos, etc...

45 No discurso teórico jurídico ver :

Miguel Reale , Teoria Tridimensional do Direito , São Paulo , Saraiva ,

3ed , 1980 .

Em resumo, nem todos sabem que estão jogando ativamente, nem têm consciência desta atividade como modificadora dos padrões do jogo.

O jogo existe, no entanto, e suas regras são determinadas pelas parcelas não discrepantes das diversas intersubjetividades, ou seja, pelo conceito de legitimidade.

E, em última instância, a relevância deste jogo é a mesma dos valores que lhe deram origem, a vida social institucionalizada frente à individualidade humana.

UM SENTIDO AMPLIO DE IDEOLOGIA

A palavra ideologia é uma das mais usadas na linguagem política, sociológica, econômica e filosófica, sem que com isso tenha um sentido preciso. O termo ideologia é utilizado tão indiscriminadamente quanto os termos liberdade, justiça ou bem. Isto não significa, no entanto, que este termo não possa ter uma significação bem determinada dentro de certas construções teóricas.

Norberto Bobbio⁴⁶ (e também num certo sentido Karl Mannheim⁴⁷) propõe uma distinção entre dois grandes usos da

46 Ver Norberto Bobbio, As ideologias e o poder em crise, São Paulo: Pólis, Brasília: Ed. U.N.B.,

47 "The particular conception of ideology is implied when the term denotes that we are sceptical of the ideas and representations advanced by our opponent. They are regarded as more or less conscious disguises of the real nature of situation, the true recognition of which would not be in accord with his interests (...), this conception of ideology, which has only gradually become differentiated from the commonsense of lie is particular in several senses. Its particularity becomes evident when it is contrasted with the more inclusive concept of total ideology. Here we refer to the ideology an age or of a concrete historico-social group, e. g. of a class, when we are concerned with the characteristics and composition of the total structure of the mind of this epoch or of this group."

Karl Mannheim, "Ideology and the sociology of Knowledge", in May Brodbeck (Org.), Readings in the Philosophy of the social sciences, London, McMillan, 1968, Pg 114-115.

palavra ideologia. No seu "sentido forte" ideologia representa a concepção falsa e distorcida da realidade objetiva das relações entre as classes sociais. Este é o sentido de ideologia em Marx e Engels, entendida e definida a partir do conceito de falsidade. Esta visão pressupõe a imputação do critério de verdade a uma determinada visão de mundo, imputando-se a falsidade a outras. Marx, neste sentido, propõe uma valoração diferencial da cosmovisão obtida pelo seu sistema teórico. Outro sentido possível de ideologia na formulação de Bobbio é o seu "sentido fraco", que concebe ideologia como uma sistematização de idéias sem que se lhe atribua o juízo de falsidade. Este conceito de ideologia é axiologicamente neutro em relação ao valor de veracidade, embora não o seja em relação a outras imputações valorativas.

Adotando um referencial próximo ao "sentido fraco" de ideologia de Bobbio, Pierre Ansart redefine o conceito de ideologia:

" Convém, portanto, ampliar consideravelmente a noção de ideologia, designando, assim, não só um sistema intelectual particular e isolado do seu contexto sócio-histórico, mas o conjunto de linguagens políticas de uma sociedade, isto é, o conjunto das posições teóricas que se organizam numa formação histórica concreta em

dado momento de sua história e que esboçam a totalidade das possibilidades e sua finitude (...).⁴⁸

Podemos tomar como ponto de partida a evidência histórica de que os conflitos sociais e políticos não cessam de transformar-se em conflitos ideológicos, de formular-se no campo das posições simbólicas".⁴⁹

Tem-se, desta forma, o pressuposto que toda ação social, conflitiva ou não, se dá em uma estrutura de sentidos, na interação de cunho comunicativo, em um complexo de mensagens que não se realizam unidirecionalmente, mas permeiam todas as ações sociais que nas palavras de Habermas são simbolicamente mediatizadas.

Com base nestas considerações, é possível construir uma noção de ideologia baseada no engajamento político, na

48 Pierre Ansart, Ideologias, Conflitos e Poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1978,

Pg 17.

49 Pierre Ansart, Ideologias, Conflitos e Poder, Rio de Janeiro, Zahar ,

1978, Pg 18.

inserção dos atores sociais⁵⁰, na subjetividade e não a uma noção absolutizada sobre conceitos de verdadeiro e falso, em uma pretensa objetividade que se imporia à soma das subjetividades sociais. Assim, o verdadeiro ou falso não se coloca, e a "verdadeira" natureza do debate ideológico se encontra oculta sob as discussões polarizadas sobre o poder.

Ansart define ainda o conceito de imaginário social:

"...entendendo por imaginário social o conjunto de evidências implícitas, das normas e valores que asseguram a renovação das relações sociais."⁵¹

O que lhe permite uma definição mais precisa de ideologia como a racionalização e transformação do imaginário, criando modelos de mundo com implicações simbólicas legitimadoras de práticas e condições sociais diversas. Uma vez que este imaginário social é

50 Abner Cohen ressalta ainda o papel integrativo que as ideologias tem na constituição de um grupo social e na inserção de um determinado indivíduo neste grupo. Neste sentido as ideologias podem ser vistas também como organizações simbólicas distintivas de posicionamento social.

Ver Abner Cohen, O Homem Bidimensional - A antropologia do poder o simbolismo em sociedades complexas, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, Pgs 104-105.

51 Pierre Ansart, Ideologias, Conflitos e Poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1978,

interativamente modificado na própria vida social nele entram processos de produção simbólica conscientes e inconscientes.

Em Bourdieu, esta concepção é bastante desenvolvida no conceito da economia de trocas simbólicas e na concepção da função "desencantadora" da ciência social:

" Eu também me pergunto, às vezes, se não seria impossível viver num universo social totalmente transparente e desencantado, que uma ciência social plenamente desenvolvida (e amplamente difundida, se isto for possível), produziria. Apesar de tudo, acredito que as relações sociais seriam muito menos infelizes se as pessoas pelo menos dominassem os mecanismos que fazem com que contribuam para sua própria miséria. Mas talvez, a única função da ciência sociológica seja a de mostrar, tanto por suas lacunas visíveis, quanto por suas aquisições, os limites do mundo social, e dificultar, assim, todas as formas de profetismo, a começar, é claro, pelo profetismo que se apresenta como científico."⁵²

52 Pierre Bourdieu, Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero,

A concepção de Bourdieu recupera muito da herança weberiana e constitui uma análise consistente e que não deve ser esquecida, mas tem seus limites na noção de racionalidade implicitamente adotada. Ao reconstruir o mercado no nível do simbólico e propugnar um comportamento racional instrumental-formal no cálculo social, resgata-se a metáfora de Adam Smith da "mão-invisível" a nível do simbólico, e com ela toda a discussão sobre o funcionamento do mercado, seja ele simbólico ou econômico⁵³.

Uma leitura de Weber que leve em conta também uma forma de racionalidade substancial-valorativa, interativa com a racionalidade instrumental formal, pode, igualmente, fundar uma visão do social.

Na teoria do agir comunicacional, Habermas abre espaço para uma forma de racionalidade orientada para a compreensão que pode ser uma saída para os paradoxos de um mercado simbólico definido em termos tradicionais, pois é vital ter-se em conta a relatividade histórica do conceito de racionalidade instrumental-formal.

Supor o mercado simbólico perfeito constitui, em última instância, a afirmação de um individualismo baseado numa visão parcial (centrada na racionalidade instrumental do homem), que tem uma estrutura mais complexa, onde valores não calculados segundo a racionalidade instrumental

53 Ver Martin Hollis & Edward J. Nell , O Homem econômico racional - Uma

Crítica Filosófica da Economia Neoclássica , Rio de Janeiro , Zahar , 1977.

(ou a reta razão hobbesiana) têm um papel constitutivo na definição do comportamento humano.

O projeto de desencanto total do mundo se revela tão relativo quanto outras manifestações da razão pura, sendo, em última análise, um objeto afastado da sua pretendida neutralidade axiológica, tanto quanto as sacralizações míticas que critica.

Bourdieu não reinvidica a neutralidade para as ações e palavras do sociólogo⁵⁴, inserindo-o plenamente no mercado que define, de modo que sua própria teoria não seria neutra no sentido weberiano, a não ser se entendida como uma metateoria, um segundo nível teórico, este sim, potencialmente neutro.

Mas, ao negar a racionalidade instrumental como essência máxima do homem e o individualismo como sua natureza social, criou-se a possibilidade de ciências sociais de base valorativa, questionantes, críticas das regras do "jogo simbólico-econômico".

O confronto entre estas visões, então, remete ao confronto entre modelos de natureza racional humana, identificando-se de um lado razão-cálculo (processo adaptativo meios/fins), num modelo de razão pragmática, e de outro lado se propõe um modelo de razão, que, além da pragmaticidade, incorpore também os aspectos éticos-

54 Ver Pierre Bourdieu, Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero,

morais⁵⁵.

Nenhuma destas duas vertentes negaria, no entanto, o papel conscientizador das ciências sociais. Ao tempo que Bourdieu fala na "arte de resistir às palavras"⁵⁴, Habermas e outros discursam sobre o papel da reflexão crítica na orientação do agir social. Ambos apontam a razão como elemento de superação das ideologias no sentido "forte", mas está implícito o reconhecimento das ideologias no sentido "fraco", na teoria de Bourdieu, como estratégias de ação (ou melhor, estratégias de dissimulação de estratégias).

A formulação que leva em conta valores éticos-morais parece mais adequada por oferecer um horizonte mais amplo, permitindo que a discussão política relativize os valores que embasam o mercado, pois eles não são apriorísticos e nem constitutivos de uma natureza imutável do homem.

A superação do paradigma do mercado é um dos grandes desafios da ciência social crítica. Um primeiro

55 Na visão de Habermas, o uso moral da razão prática diz respeito à auto-imagem, à repercussão sobre si mesmo, e o uso ético diz respeito à ação social interpessoal.

A possibilidade destas categorias está ligada à recuperação da racionalidade substantiva weberiana, de uma forma modificada.

56 Pierre Bourdieu, Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983,

cap.1.

passo para esta superação é o alargamento do mercado de bens simbólicos. O segundo é o questionamento dos pressupostos básicos de seu funcionamento tautologicamente otimizante.

Levar ao extremo o desencanto do mundo é uma solução viável para analisar muitos problemas⁵⁷, mas um passo ainda mais decisivo pode ser dado "desencantando" o desencanto proposto, quando este leva a um "maquiavelismo" que se fecha sobre si mesmo.

57 "A compreensão sociológica leva a um grau considerável de desencanto. Um homem desencantado constitui um mau investimento tanto para os movimentos conservadores como revolucionários; para os primeiros porque esse homem não possui a necessária dose de credulidade nas ideologias do "status quo", e para os segundos porque ele se mostrará cético em relação aos mitos utópicos que invariavelmente constituem o pão espiritual dos revolucionários. Contudo, não é preciso que tal inutilidade para os quadros de atuais ou futuros regimes deixe o homem desencantado numa atitude de alienado cinismo."

Peter Berger, Perspectivas Sociológicas, Petrópolis, Vozes, 1986, Pg

DIREITO DO TRABALHO

A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL E A NOVA

DISCIPLINA DO TRABALHO

O desenvolvimento do comércio, a acumulação de capital e a institucionalização do mercado possibilitaram, juntamente com certas condições sociais, o surgimento da revolução industrial no século XVIII. As condições sociais e econômicas na Inglaterra, neste período, fizeram despontar na mesma, em primeiro lugar, a mudança de uma economia agrária manual para outra, dominada pela utilização intensiva de máquinas em fábricas situadas nas cidades.

Se podemos datar a industrialização inglesa em meados do século XVIII, faz-se também forçoso reconhecer que em outros locais ela foi bem mais tardia. No continente europeu a industrialização tomou fôlego a partir de 1840. A Itália, a Alemanha e os Estados Unidos só iniciaram sua industrialização no fim do século XIX. Em muitos países do mundo a industrialização é um fenômeno recente, iniciado na segunda metade do século XX (como no caso do Brasil, por exemplo), ou ainda não iniciado.

No século XVIII a Inglaterra já havia abolido grande parte dos entraves à circulação mercantil e possuía grandes estoques de carvão e ferro. Uma série de descobertas técnicas de grande repercussão veio complementar este quadro: a utilização da máquina a vapor desenvolvida por

James Watt por volta de 1760 foi o grande empurrão para a aceleração do processo industrial. A aplicação da máquina a vapor na indústria têxtil aumentou em muito a produtividade e tornou esta indústria mais intensiva em capital. As máquinas a vapor podiam ser manejadas por mulheres e crianças, que ganhavam menos que os homens e este recurso foi largamente empregado⁵⁸.

Após a indústria têxtil, desenvolveu-se a indústria siderúrgica. No século XIX a crescente demanda por máquinas provocou o desenvolvimento integrado da siderurgia e da extração do carvão, gerando uma série de aplicações, tais como barcos a vapor e ferrovias⁵⁹.

A emergência do industrialismo transformou a face da sociedade. Criou-se uma camada de proletariado urbano que se somou aos artesãos (as corporações de ofício, tendo perdido seu "status" monopolista, subsistiam em alguns lugares como organizações sociais, sendo que em 1848 os artesãos estavam na vanguarda das revoluções, combatendo a exploração das indústrias).

A imposição da indústria como base técnica de produção gerou uma série de consequências tais como a despersonalização do trabalho, sua divisão em tarefas

58 Ver Leo Huberman, História da Riqueza do Homem, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

59 Ver J. K. Galbraith, A Era da Incerteza, São Paulo, Pioneira, 1980.

atomizadas e a crescente tecnologia, a necessidade de controle do mesmo, a sua sincronização por ritmos artificiais, métricos e a própria metrificação padronizadora das referências de tempo e de espaço.

A massificação da produção se impôs. O individualismo terminou por esfacelar a velha estrutura comunal do clã (ou família ampla).

Todas estas mudanças terão reflexos, entre eles o surgimento da burocracia, um elemento constitutivo do modo de produção capitalista industrial. Com o crescimento do capitalismo industrial, sua base técnica, a burocracia, vai se mostrar sempre presente e a crescente influência do poder gerencial irá mudar a face do capitalismo e a do estado.

O TRABALHADOR HIPOSSUFICIENTE

" O Direito do Trabalho emergiu então como intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, com a finalidade de recompor a equidade, como direito dos empregados, em contrapartida à superioridade econômica dos empregadores. Intervém contra a natural depredação do estoque, elevando a relação entre oferta e procura ao nível da respectiva acumulação capitalista, com a pretensão de compensar a inferioridade econômica dos trabalhadores por meio de normas de interesse público com sentido protecionista. A doutrina burguesa, diante do acirramento da luta operária, passou, então, a reconhecer os trabalhadores como classe "pobre" , ou seja, uma espécie de sujeito jurídico caído em desgraça. A " questão social " foi incorporada à teoria pela negação da luta de classes e da distinção qualitativa do operariado em relação aos capitalistas - reduzidos a diferenças de grau de riqueza. A doutrina passou, então, a elaborar o instituto do trabalhador como empregado hipossuficiente e individual."⁶⁰

60 Carlos Simões, Relação de Emprego e Relações de Produção , in "Crítica do

No entanto, é claro que esta proteção ao trabalhador, dispensada pelo Direito do Trabalho, tem fontes que não se esgotam no " Humanismo " dos juslaboralistas (que no entanto têm alguma influência) e remetem a posições claras, dentro da já definida arena jurídica de conflitos ideológicos. O ideal de proteção ao trabalhador é um instrumento usado por certos setores burocráticos para a afirmação de sua posição de classe em confronto com os demais setores da sociedade , num projeto de imposição social de sua ética.

Através deste sistema, o Direito do Trabalho, toda uma estrutura burocrática está montada (juizes, promotores, procuradores, funcionários, fiscais, etc...). A principal função desta estrutura é a de aplicar a jurisdição estatal em nome de um ideal vago de protecionismo, que na verdade esconde o ideal da sociedade burocratizada, na qual a burocracia, com sua auto-imagem de imparcialidade, seria um " juiz ", e não um " jogador ", ator social, interessado diretamente no resultado de suas ações.

61 Abaury M Nascimento, Curso de Direito do Trabalho, S. Paulo, Ed. Saraiva,

da seguinte forma:

Alfred Hueck e H.C. Nipperdey situam seu nascimento

datando do século XIX.

alegam ser seu aparecimento um fato ainda mais recente,

do Direito do Trabalho no século XVIII, há autores que

mas, além destes autores que colocam o nascimento

indústrias...

humano ocupado no trabalho das

garantir ou preservar a dignidade do ser

XVIII e da reação humanista que se propôs a

precedida da Revolução Industrial do século

consequência da questão social que foi

" O Direito do Trabalho surgiu como

que o Direito do Trabalho é uma disciplina jurídica recente:

trabalho, que abordam seu aspecto histórico, tem-se colocado

Tradicionalmente, nos tratados de direito do

DISCIPLINA JURÍDICA

A AUTONOMIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO COMO

" Solamente a partir de la moderna evolución industrial existe el Derecho del Trabajo como disciplina especial. La historia del mismo se limita, portanto, a los siglos XIX y XX ".⁶²

Barata Silva expressa a mesma opinião, identificando o Direito do Trabalho à intervenção estatal e associando às relações de trabalho pré-industriais uma suposta simplicidade:

" O problema da intervenção do Estado em matéria de trabalho foi relativamente simples até o século XIX, porquanto, mesmo no sentido jurídico, o trabalho não tinha ainda a importância que hoje apresenta. Não existia então a grande indústria. Havia, então, uma indústria incipiente. As relações intersubjetivas originadas pelo trabalho não exigiam do Estado senão pequenas intervenções. "⁶³

⁶² Hueck e Nipperdey, Compendio de Derecho del Trabajo, Ed. Revista de Derecho Privado, Buenos Aires, 1963, Pg 25.

⁶³ Barata Silva, Compêndio de Direito do Trabalho, São Paulo, Ed. LTR, 3ed, 1983.

Sem discutir outros aspectos, pretende-se frisar apenas a posição cronológica em que este autor coloca o aparecimento da disciplina jurídica do Direito do Trabalho.

Mas se a doutrina jurídica tradicional identifica o nascimento do Direito do Trabalho à emergência da economia industrial, admite também a existência de relações de trabalho anteriores à sociedade industrial, apontando em geral o trabalho como elemento constitutivo da vida social. Segundo estes autores, seria impensável uma sociedade sem trabalho, e, desde cedo, a regulamentação jurídica do trabalho se faz presente. No entanto, esta regulação jurídica do trabalho pré-industrial se apresentava diversa em essência do moderno Direito do Trabalho. As regulações normativas do trabalho pré-industrial referiam-se a aspectos específicos da relação de trabalho, e não apresentavam o escopo protecionista que será a marca desta disciplina.

O Direito do Trabalho, como uma expressão da ética burocrática do trabalho surgiu, coerentemente, após a Revolução Industrial, no período em que a burocracia começou a buscar sua hegemonia como classe no seio do capitalismo.

NORMALIZAÇÃO DO TRABALHO COMO REFLEXO DA ASCENSÃO

DA BUROCRACIA

A recuperação do Direito Romano e da sua concepção incondicionada de propriedade foi reflexo do desenvolvimento da burguesia como classe social, impondo uma forma jurídica de tratamento do trabalho, vinculado à reificação do mesmo e a sua transformação em mercadoria transacionada no mercado, com um preço fixado, inclusive, pela sua prestação.

A ascensão da burocracia e do poder gerencial teve outros reflexos a nível do tratamento jurídico do trabalho. Estes reflexos foram principalmente a regulação jurídica do trabalho, que passou a não ser mais uma mercadoria no sentido estrito do termo, mas uma relação jurídica mais complexa. É neste contexto que se enquadra o nascimento do Direito do Trabalho como disciplina jurídica autônoma.

O Direito do trabalho caracteriza-se por uma série de princípios gerais e particulares que podem ser entendidos no contexto de uma afirmação da burocracia impondo uma nova ética do trabalho em contraposição à da burguesia.

Segundo a doutrina do Direito do Trabalho, os princípios jurídicos aplicados à esta área são:

a) Os princípios gerais do Direito, ou seja, proposições de natureza geral que são pressupostos de operabilidade do Direito, tais como:

i) " Pacta sunt servanda " - Os contratos devem ser respeitados em seu conteúdo não conflitante com a lei.

ii) " Jus Variandi " - é a previsão legal de modificação de contratos em casos específicos:

iii) " Exceptio non adimpleti contractus " - Assinala o caráter sinalagmático dos contratos, assegurando a exigibilidade de reciprocidade nos mesmos

iv) Outros, entre os quais se destacam a inalegabilidade da ignorância da lei e a autonomia da vontade nos contratos.

b) Os princípios específicos do Direito do Trabalho, que lhe dão identidade como disciplina jurídica autônoma são, entre outros:

i) O princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, que se reflete em três níveis:

- A elaboração das normas jurídicas trabalhistas devem visar, teleologicamente, a melhoria da condição social do trabalhador;

- A hierarquia das normas jurídicas é relativizada, para permitir a aplicação da norma mais favorável. Interpreta-se o Direito do Trabalho como um sistema de direitos mínimos.

- A interpretação das normas jurídicas trabalhistas é feita, na

dúvida, pela forma que mais favoreça o trabalhador.

ii) Imodificabilidade, a pior, das condições de trabalho;

iii) Irrenunciabilidade dos direitos do trabalhador (mesmo que seja por ele próprio);

iv) Presunções processuais

favoráveis ao empregador; supõe-se que o trabalhador tem uma posição privilegiada no trato processual para compensar a superioridade de meios do empregador.

v) Igualdade salarial no desempenho da mesma função;

vi) Liberdade sindical

normalizada;

vii) Liberdade de trabalho (de escolha).

Eisenstadt⁶⁴ identifica como um dos marcos característicos do processo de expansão burocrática, ou burocratização a nível do social a projeção de sua estrutura para diferentes setores sociais:

64 Ver S.N. Eisenstadt, "Burocracia, Burocratização e Desburocratização".

Condições de desenvolvimento das organizações burocráticas", in Amitai Etzioni, Organizações

Complexas, São Paulo, Atlas, 1973.

" A segunda possibilidade é a burocratização , Esta é a ampliação das esferas de atividade da burocracia e do seu poder , em seu próprio interesse ou no interesse de sua elite . Tende para a crescente regulamentação de diferentes setores da vida social e , em certa extensão dos seus objetivos de serviço , em favor de diversos interesses de poder , inclusive orientações"65

Se no processo de burocratização há uma projeção do "ethos" burocrático sobre a sociedade , o Direito do Trabalho pode ser visto como um instrumento deste projeto de burocratização. Para isto sua ação social se vê como neutra

65 S.N. Eisenstadt , " Burocracia , Burocratização e Desburocratização .

Condições de desenvolvimento das organizações burocráticas " , in Amitai Etzioni , Organizações Complexas , São Paulo , atlas ,1973, Pg 265.

e supra-classes⁶⁶ e trata as relações de trabalho como relações burocráticas.

66 "...mas olhemos o que significa a disposição espacial de um tribunal. Isso pelo menos implica uma ideologia. Qual é essa disposição? Uma mesa, e atrás dessa mesa que os distancia ao mesmo tempo das duas partes, estão terceiros, os juizes; a posição destes indica primeiro que eles são neutros em relação a uma e à outra; segundo, implica que seu julgamento não é determinado previamente, que vai ser estabelecido depois do inquérito pela audição das duas partes, em função de uma certa norma de verdade e de um certo número de idéias sobre o justo e o injusto; e terceiro, que esta decisão terá peso de autoridade. Eis o que quer dizer esta simples disposição espacial."

Michel Foucault, Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 4ed,

OS PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

O Direito do Trabalho possui em sua legislação e doutrina , princípios gerais os quais visam proteger, através das normas trabalhistas, certos direitos, tidos como inerentes aos cidadãos que trabalham e que são dados pelo sistema político-organizacional, cabendo ao Judiciário Trabalhista, velar para que estes direitos do trabalhador sejam resguardados , através da atividade jurisdicional.

Faz parte da doutrina trabalhista que as normas deste ramo de Direito possuam certos fins sociais que devem ser observados, como descreveremos a seguir, conforme elenca Arion Sayão Romita:

" Os fins sociais a que a norma se dirige:

Nos termos do artigo quinto da Lei de Introdução ao Código Civil, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum.

A legislação do trabalho possui (entre outros) fins sociais; estes fins devem sempre estar presentes na tarefa do hermenauta. Há valores sociais que presidem ao Direito do Trabalho. O intérprete há de levar em conta,

sempre, estes valores:

- 1) a liberdade de trabalho;
- 2) a valorização do trabalho;
- 3) o dever de trabalhar;
- 4) o direito ao trabalho;
- 5) as liberdades trabalhistas, notadamente a liberdade de sindicalização, a liberdade de escolha da profissão e a liberdade de reivindicação;
- 6) a igualdade no trabalho;
- 7) a segurança;
- 8) o justo salário."⁶⁷

Sendo estas formulações topicamente vagas e imprecisas uma de suas funções é serem símbolos de persuasão e legitimação da ordem jurídica como um todo, cumprindo um papel ideológico, como recompositoras do imaginário social em termos de valores jurídico-burocráticos.

A confrontação entre esses princípios e regras do Judiciário Trabalhista, contidos na lei, com uma análise sociológica crítica da divisão social do trabalho mostra que existe uma oposição patente entre o discurso jurídico dogmático e grande parte do discurso das ciências sociais:

67 Ver Arion Sayão Romita, "A Norma Jurídica no Direito do Trabalho", in A Norma Jurídica, Sérgio Ferraz, organizador, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1980.

" (...) Em outras palavras, os aspectos organizacionais da divisão social do trabalho ~~NÃO~~:

a) Eliminam a incerteza e os riscos da vida institucional;

b) Articulam ou promovem a implementação dos objetivos coletivos;

c) Garantem a obtenção de alguma medida de identidade e orgulho individual e coletivo e a obtenção ou manutenção do sentimento de participação em alguma ordem cultural ou social significativa;

d) Fomentam o desenvolvimento e a manutenção do sentimento de confiança mútua entre os membros da coletividade, e

e) Garantem que os atores sociais venham realmente a se desempenhar de suas obrigações mútuas e cumprir as tarefas e papéis que lhes foram atribuídos." ⁶⁸ (Grifos nossos).

Levando-se em conta que uma organização burocrática tem a necessidade de lidar com mudanças oriundas da sociedade mais ampla onde a mesma está inserida; que a mesma tem como objetivo sua continuidade no tempo e espaço e que uma de suas metas primordiais é sua própria eficácia operacional, que se avalia em termos de produtividade, entre outros fatores, surge a necessidade da existência de uma cultura organizacional comum à empresa, a fim de mantê-la

organização]—burocrática aos membros da organização .
Proceder a internalização de valores inerentes à visão procedimentos específicos, cujo objetivo é transmitir e valores e os principais objetivos da empresa em costume chamar de cultura organizacional, que incorpora os de comportamento, padrões, enfim, a tudo aquilo que se submetido às mesmas regras de controle, normas, tipificações Este grande contingente de empregados está pessoas.

As empresas são entidades burocráticas que possuem uma organização hierárquica, cargos e funções definidos, autoridade racional]—legal] conferida a seus dirigentes e aos detentores de determinados cargos, autoridade esta que muitas vezes é exercida sobre um número elevado de

INERENTES ÀS ORGANIZAÇÕES

O DIREITO DO TRABALHO COMO REGULADOR DOS CONFLITOS

coesa e atuante.

As pessoas que interagem em um mesmo grupo, que seguem as mesmas normas de comportamento padronizado, que comunicam-se através de signos comuns que lhes são dados, ou seja, da linguagem própria à organização, tendem a desenvolver a mesma "visão de mundo" e as mesmas formas de comportamento e atitude em relação a determinados fatos.

A empresa, através do desenvolvimento de sua própria cultura organizacional e da transmissão da mesma aos seus empregados, através desta linguagem padronizada, de estímulos a determinadas formas de comportamento e desestímulos a outras, ou seja, padrões artificiais de cultura organizacional, visa, assim, ao padronizar as "visões de mundo", obter condutas iguais e evitar e extinguir com os conflitos internos que porventura possam surgir.

Os próprios empregados, ao internalizarem o código de atitudes estimuladas ou desestimuladas pela empresa, procurarão corresponder às mesmas, o que evitará os prováveis conflitos que poderiam surgir.

Mesmo no caso de surgirem conflitos, a empresa dispõe de mecanismos internos de regulação dos mesmos, podendo controlá-los e absorvê-los.

O controle destes conflitos refere-se à necessidade que a organização burocrática possui de manter-se coesa e de atingir seus objetivos de produtividade, uma vez que empregados "satisfeitos", trabalhando em uma estrutura "estável" onde não haja fragmentações (que possíveis

conflitos poderiam causar), permitiriam a criação de um ambiente organizacional propício à racionalização burocrática dos sistemas de produção.

A este tipo de pedagogia de transmissão da cultura organizacional através da manipulação de símbolos e linguagem, visando reduzir a seletividade na escolha de comportamentos a adotar do destinatário, uma vez que reduz seu campo de possibilidades de conduta, impondo valorações e dissimulando relações de força, decorrentes de uma autoridade racional-legal burocrática, denominamos violência simbólica burocrática.⁶⁹

Surgem, no entanto, em toda organização, conflitos que não são passíveis de solução nem utilizando-se destes mecanismos decorrentes da transmissão da cultura organizacional, nem de mecanismos de extinção dos conflitos existentes na própria empresa.

Dentro da organização burocrática empresarial, os mediadores destes conflitos são os administradores, os dirigentes burocráticos, a classe burocrática administrativa. Externamente à organização, estes conflitos são também burocraticamente mediados, por uma burocracia

69 Para Bourdieu e Passeron, a violência simbólica é definida em termos da imposição de significações como legítimas e naturais, dissimulando relações de poder a nível fático.

Ver Pierre Bourdieu & Jean-Claude Passeron, La Reproduction, Paris, Ed. du Minuit, 1970.

"strictu sensu", portadora do mesmo "ethos" dos gestores empresariais. Neste sentido, a atividade judiciária trabalhista permite a manutenção do "status quo", evitando mudanças e oferecendo uma previsibilidade desejável, ao lidar-se com as incertezas que permeiam o mundo social. Deste modo, podemos concluir que a ação do poder judiciário trabalhista, a partir da decisão de seus juizes, portadores de uma autoridade legal-burocrática, auxilia, ajuda e, de certa forma, confirma a gestão da chamada "classe burocrática empresarial", por que mesmo que a decisão judicial não favoreça diretamente a empresa, o Poder Judiciário já realizou sua função fundamental: absorveu o conflito, particularizando-o, evitando o crescimento do mesmo e um virtual questionamento do poder desta classe burocrática ou de sua eficiência em termos de gestão e como mediadora dos interesses trabalho/capital.

UMA JUSTIFICATIVA DE RESTRIÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

Até este momento têm sido desenvolvidas considerações teóricas generalizantes, num âmbito que não se restringe a um só país. Porém seria algo fora do escopo deste trabalho a análise das legislações trabalhistas de diversos países do mundo, uma vez que tal análise, além de ser excessivamente extensa, seria, provavelmente inconclusiva, tal a complexidade e o tamanho do campo de estudo.

Por estas razões, serão tecidos apenas breves comentários sobre a legislação trabalhista brasileira, com intenção ilustrativa, dada a brevidade da exposição, que não pretende esgotar a matéria.

O DIREITO DO TRABALHO COMO PROJEÇÃO DE UM "ETHOS"

BUROCRÁTICO

O Direito do Trabalho é o setor do Direito que regula as relações de trabalho, e estas constituem o ponto nevrálgico do funcionamento do sistema capitalista⁷⁰.

A partir da Revolução Industrial e das novas relações de produção que definiram a sociedade industrial e a consequente tomada de posição da burocracia como classe dominante emergente, o Direito do Trabalho se organizou como uma vasta estrutura jurídica cujo ponto distintivo é a "proteção ao trabalhador".

No entanto, sob um discurso de humanismo e relaxamento das tensões sociais através de um tratamento "paternalista" das relações de trabalho, encontramos um claro fundo de projeção, pela burocracia, dos seus ideais e da sua auto-imagem para a sociedade como um todo, no que tange às relações de trabalho.

O tratamento conferido pelo Direito do Trabalho às

70 Para uma análise do tema de um ponto de vista jurídico-marxista ver:

a) Tarso Fernando Genro, Direito Individual do Trabalho - uma abordagem crítica, São Paulo, LTR, 1985.

b) Tarso Fernando Genro, Contribuição à crítica do Direito Coletivo do Trabalho, Porto Alegre, Síntese

relações de trabalho refletem claramente a projecção dos ideais burocráticos, especialmente no que diz respeito aos seguintes aspectos:

a) Normatização das relações de trabalho segundo critérios racionais-legais.

b) Definição implícita do bom trabalhador como a encarnação do bom funcionário burocrático, através da:

- imposição do comportamento moral⁷¹
- controle do tempo/pontualidade⁷²
- estabelecimento de uma disciplina burocrática / obediência ao cargo.

c) Formalização dos procedimentos de promoção e definição de uma hierarquia⁷³.

71 Ver C.L.T. , Art 482 , que prevê dispensa por justa causa para atos considerados imorais, regulando a moral sexual , embriaguez , tóxicos , alcoolismo , jogos de azar , etc...

72 Ver Constituição Federal de 1988 (C.F.88), Art 7 , XIII e XIV .

Ver C.L.T. , Arts. 57 a 75 , regulando quadro de horário, trabalho noturno, períodos de descanso e duração da jornada de trabalho.

Ver C.L.T. , Art. 130 vinculando a duração das férias à assiduidade anual

73 Ver Enunciados 19 , 127 e 231 do T.S.T. .

Há também leis prevendo casos de equiparação salarial:

Ver C.L.T. , Art. 461

d) Normas de proteção ao empregado (estabilidade)⁷⁴.

e) Limitação da autoridade do patrão a critérios de legalidade que remetem à legitimidade da autoridade racional-legal⁷⁵.

f) Definição de esferas de competência dos cargos e imposição legal da responsabilidade relativa aos mesmos.

g) Regulação dos critérios de admissão e demissão⁷⁶.

Enunciados 27 , 68 , 126 , 135 , 202 e 274 do T.S.T.

Súmula 202 do S.T.F.

74 Ver C.F.88 , Art 7 , I .

75 Ver Art. 3 da C.L.T. , que define empregador através do poder de direção.

76 Ver C.F.88 , Art 7 , I e II

Ver C.L.T. , Arts 477 a 510 , regulando aviso prévio, indenização , contratos a termo , justas causas para dispensa , casos de rescisão indireta, culpa recíproca , estabilidade , etc...

h) Regulação das condições de trabalho⁷⁷.

i) Imposição de registro escrito de atividades como critério para o controle de responsabilidades⁷⁸.

Em suma, estas e outras características do Direito do Trabalho o definem como um reflexo do ideal burocrático de sociedade desenhado segundo sua imagem especular. O Direito do Trabalho se enquadra, então, como um elemento do projeto de hegemonia da burocracia como classe social, na

77 Ver C.L.T. , Tit 2 , Cap 5 , Arts 154 a 201.

regulando :

- a) Orgãos de Segurança e Medicina do Trabalho.
- b) Equipamentos de proteção obrigatórios.
- c) Edificações.
- d) Iluminação.
- e) Conforto térmico.
- f) Instalações elétricas.
- g) Movimentação de materiais.
- h) Armazenagem de materiais.
- i) Segurança de máquinas e equipamentos.
- j) Atividades perigosas.
- l) Atividades insalubres.
- m) Atividades penosas.
- o) Prevenção de fadiga.

78 Ver C.L.T. , Arts 13 a 56.

medida em que confere poderes a um setor da burocracia, a burocracia judiciária, de impor à sociedade relações de fundo burocrático, que equilibram a burguesia e o proletariado, reduzindo o poder da burguesia e desarmando o proletariado, fortalecendo, assim, a posição da burocracia no jogo político.

O desarmamento das reivindicações do proletariado se dá tanto pela real concessão de condições mais favoráveis de trabalho , quanto pela criação de uma via burocrática de tratamento dos conflitos, que acaba por neutralizá-los, absorvendo-os à lógica burocrática. Neste sentido, os sindicatos se incorporam a este sistema burocrático como uma forma de promover a formalização dos conflitos, que levará à sua neutralização, nos termos de um enquadramento racional-legal.

O SURGIMENTO DOS TRIBUNAIS DE TRABALHO NA EUROPA

Os tribunais especializados em matéria trabalhista surgiram na Europa no início do século XIX, em 1806, na França, e em 1808 na Alemanha.⁷⁹ O sistema francês, que confere poderes de julgamento de dissídios individuais a representantes eleitos dos empregados e dos empregadores, permanecem inalterados até os dias de hoje, em seus traços gerais (Conseils de Prud'hommes).

Na Alemanha, os tribunais do trabalho tomaram sua configuração atual no terceiro Reich, numa forma muito semelhante à adotada na legislação brasileira. Na Itália, a estrutura trabalhista foi moldada pela "Carta Del Lavoro", de 1927, que definiu o corporativismo fascista. Na Inglaterra, em 1951 foi criado o "Industrial Disputes Order", com poderes jurisdicionais trabalhistas. Na Espanha, os tribunais do trabalho foram instituídos em 1808/1812.

Embora haja exceções, a estrutura básica destes tribunais inclui duas categorias de juizes: os juizes de carreira e os juizes eleitos a partir das representações sindicais. As relações de poder decisional destes magistrados são claramente assimétricas, favorecendo os

79 Ver Amauri M Nascimento, Curso de Direito Processual do Trabalho, São

juizes de carreira. Em geral, estes juizes possuem voto de qualidade e as principais atribuicoes processuais, que lhes permitem controlar o andamento das causas.

A estrutura global de alguns destes tribunais europeus e a seguinte:

a) Franca - Representacao paritaria eleita diretamente, com seis anos de mandato, competente para a solucao de dissidios individuais; em caso de discordancia de votos, e chamado um juiz de carreira. Dissidios coletivos a cargo de arbitragens.

b) Alemanha - Tribunais presididos por juizes de carreira e assessorados por representantes de empregados e empregadores.

c) Italia - Atribuicoes trabalhistas individuais a justica comum, poder normativo atribuido a justica especializada em segundo grau de jurisdicao.

d) Espanha - Tribunais presididos por juizes de carreira. Representantes eleitos, totalizando seis jurados, escolhidos entre os empregados e empregadores, paritariamente.

e) Inglaterra - Tribunal presidido por um entre tres membros nomeados pelo governo, auxiliados por dois representantes classistas eleitos.

ESTRUTURA DA JUSTIÇA TRABALHISTA BRASILEIRA

A Justiça Trabalhista brasileira surgiu oficialmente em 1941, sendo, porém, precedida pelos chamados Conselhos de Conciliação e Arbitragem (1907), pelos tribunais rurais, em São Paulo (1922), e pelas Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento (1932).

Em 1946, o decreto 9777/46 incorporou a Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário, definindo a sua atual estrutura:

a) Tribunal Superior do Trabalho, sediado em Brasília, composto por 27 ministros, dos quais são 17 togados e 10 representantes classistas temporários.

b) Tribunais Regionais do Trabalho, em número de 16, contando com um número de juízes variável 8 a 44, sendo um terço, aproximadamente, deste total, de classistas, portadores de um mandato temporário de 3 anos.

c) Juntas de Conciliação e Julgamento, compostas por 3 juízes (1 togado e 2 classistas).

Nos tribunais, os classistas têm as mesmas funções dos togados, muito embora lhes seja vedado o acesso a certos cargos, como a presidência do tribunal, por exemplo.

Nas Juntas, órgãos de primeiro grau de jurisdição, as atribuições são bastante distintas. Cabe ao Juiz Presidente (nomeado por concurso público, entre bacharéis

em Direito), as seguintes funções:

- a) Presidir a audiência;
- b) Voto de desempate, em caso de haver empate entre os votos dos Juizes Classistas;
- c) Formular perguntas às partes e às testemunhas , centralizando a comunicação no processo;
- d) Fazer a proposta de conciliação;
- e) Julgar o mérito da ação juntamente com os juizes classistas;
- f) Redigir a sentença;
- g) Decidir sobre o cabimento de recursos;
- h) Proferir despachos de mero expediente e decisões interlocutórias.

Aos juizes classistas cabe apenas:

- a) Aconselhamento das partes;
- b) Votação da sentença proposta pelo Juiz Presidente;

Cabe ainda ao Juiz Presidente a condução exclusiva do processo de execução, que visa a obtenção coercitiva da satisfação do conteúdo da sentença condenatória.

A concentração fática dos poderes nas mãos do Juiz Presidente é ainda maior na prática, pois, ao centralizar a comunicação em audiência (todas as perguntas e comunicações devem ser formuladas por intermédio do mesmo), ele tem todo poder de condução do processo. Em nenhum momento, a relação entre Juiz Presidente e os Juizes Classistas é isonômica, pressupondo a superioridade do primeiro.

Essa pressuposição de superioridade reproduz a pretensão do "ethos" burocrático, que se auto define como supra classes, imparcial pela sua objetividade em função de uma técnica resolutiva de conflitos, axiologicamente neutra, baseada na idéia de harmonia de forças produtivas.

NEUTRALIZAÇÃO PROCESSUAL DOS CONFLITOS

O Juiz (ou melhor, a Junta de Conciliação e Julgamento, no caso do processo trabalhista), em suas decisões , obedece a um determinado procedimento , ao modo que a lei institui para os juizes apurarem a chamada verdade formal (provada no decorrer do processo), e chegarem a uma decisão final: a Junta de Conciliação e Julgamento marca uma audiência denominada audiência de instrução e julgamento, após as partes terem juntado provas materiais ao processo (documentos). Nesta audiência, são tomados os depoimentos das partes (empregado/reclamante e empregador/reclamado), de suas testemunhas, realiza-se perícias médicas, contábeis, conforme o caso, realizam-se diligências, produzem-se outras provas, após o que os juizes decidem, em votação, se a ação é procedente (se o empregado tem direito a tudo que pede), se a ação é improcedente (se o empregado não tem direito ao que requer), se a ação é procedente em parte (se o empregado tem direito a parte do que pleiteia). O voto do Juiz-Presidente, ou seja , do "Juiz togado" é o voto de desempate.

Os Juizes tomam suas decisões e votam baseados no que as partes processuais relatam e provam e no que diz o texto legal, o qual lhes cabe interpretar e aplicar no caso concreto.

O processamento formal dos conflitos pelo poder judiciário trabalhista , apesar de pretender ser rápido e eficiente , na verdade compõe uma intrincada rede de recursos e procedimentos de reexame de decisões , como se evidencia nos gráficos abaixo que esquematizam o fluxo de decisão (1) e a estrutura hierárquica da Justiça do Trabalho (2).

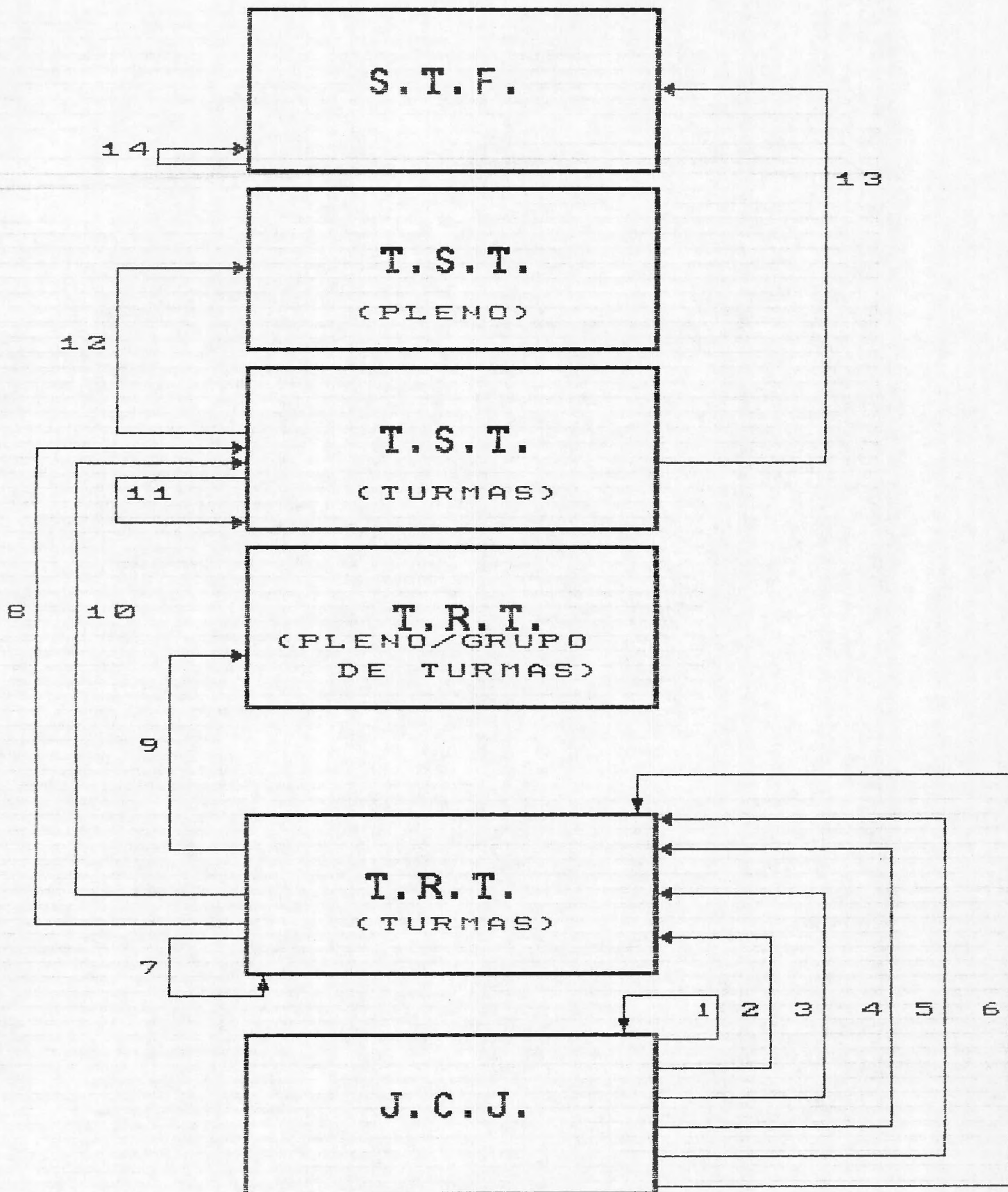


TABELA DE RECURSOS 80

1 Embargos declaratórios	8. Agravo de Instrumento
2 Recurso ordinário	9. Embargos para o Pleno
3 Agravo de petição	10. Recurso de Revista
4 Mandado de Segurança	11. Embargos Declaratórios
5 Correição parcial	12. Agravo Regimental
6. Agravo de Instrumento	13. Recurso Extraordinário
7. Embargos Declaratórios	14. Agravo Regimental.

80 Tecnicamente, nem o Mandado de Segurança e nem a Correição Parcial são considerados recursos trabalhistas. Ocorre, no entanto, que o Mandado de Segurança é uma medida cautelar que tem o efeito de suspender o andamento do processo até o seu julgamento, e, dependendo de sua decisão, os efeitos no processo principal poderão ser alterados. Logo, ele muitas vezes é usado pelas partes como última tentativa, quando estas querem obter um efeito suspensivo na ação. Elas o usam, então, impropriamente, como uma espécie de "recurso".

A Correição Parcial não é um recurso, mas sim uma medida administrativa dirigida contra o Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento e julgada pelo Juiz Corregedor. Ela é impetrada quando ocorrem irregularidades administrativas no decorrer do processo, e pode suspendê-lo, tendo, indiretamente, o papel de um recurso também.

O Mandado de Segurança é impetrado junto ao Tribunal Regional do Trabalho e dirigido contra o Juiz Presidente da Junta Trabalhista, que figura como autoridade coatora. A Correição Parcial é impetrada junto ao Juiz Corregedor, que a julga.

Tecnicamente, também não se consideram os embargos declaratórios impetrados contra a sentença de primeiro grau de jurisdição como um recurso propriamente dito, embora o mesmo tenha este efeito na prática.

A DEFINIÇÃO DE EMPREGADO NO DIREITO BRASILEIRO

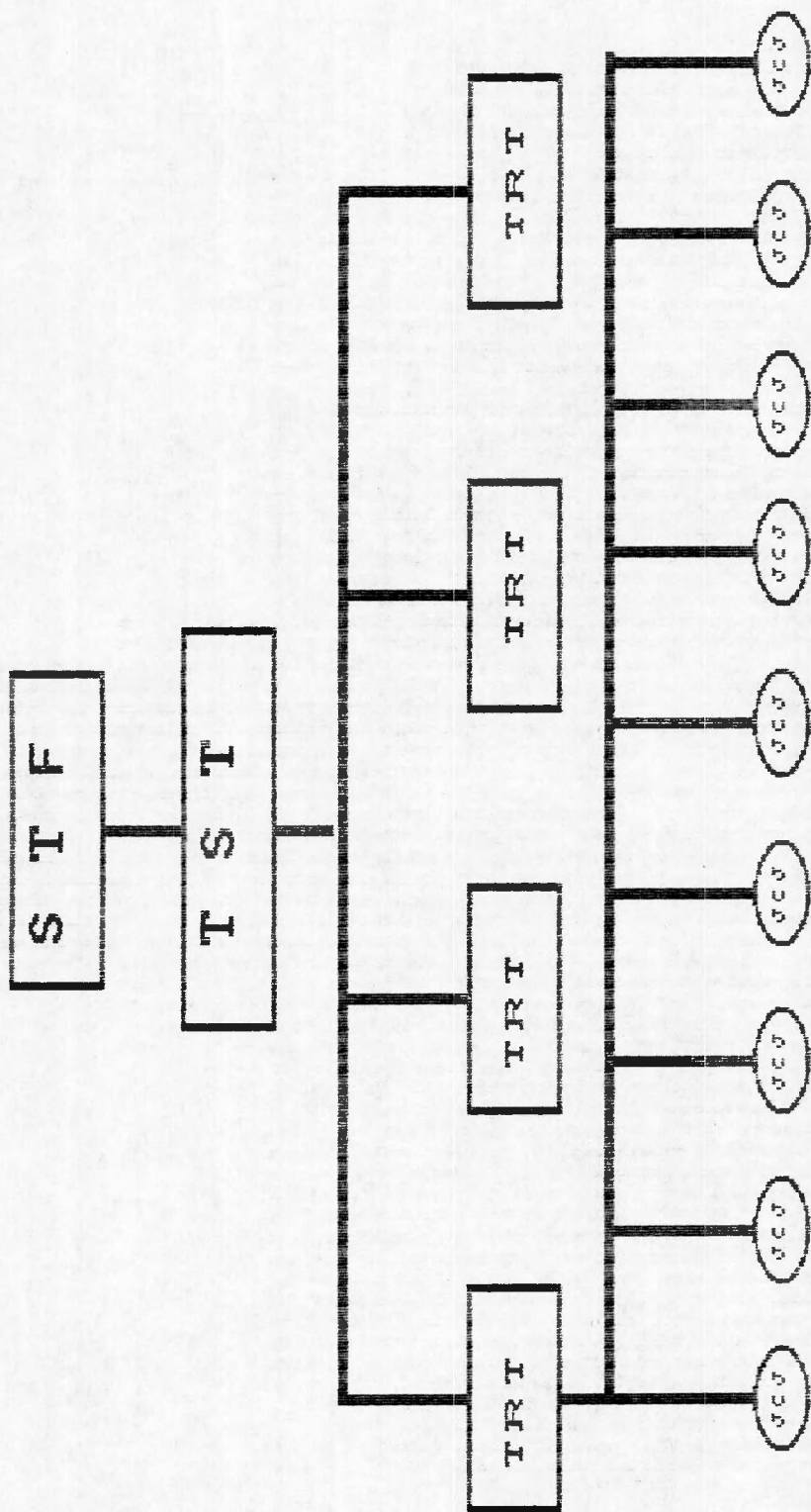
O artigo terceiro da C.L.T. define juridicamente o empregado:

Art.3 : " Considera-se empregado toda a pessoa física, que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste, mediante salário."

O texto legal exige quatro elementos para definir a condição de empregado:

- a) Ser o prestador de serviços pessoa física;
- b) Ser a prestação de serviços de caráter não eventual, supondo continuidade e habitualidade;
- c) Subordinação do prestador de serviços; ou seja, o prestador de serviços se coloca em uma posição inferior hierarquicamente, recebendo ordens do empregador, que devem ser aprioristicamente obedecidas, caracterizando-se esta inferioridade por ser um elemento constitutivo de sua posição jurídica;
- d) Onerosidade, ou seja, supõe-se um certo grau de correspondência entre as prestações devidas pelo empregado e pelo empregador, devendo o prestador de serviços ser remunerado pelo empregador mediante salário considerado justo.

Estas definições clássicas remetem a um paralelismo às definições típicas dos burocratas



(constância, repetitividade, procedimentalização, obediência, regularidade).

O empregado ideal, configurado pela legislação trabalhista, é, então, a face perfeita do burocrata.

A JORNADA DE TRABALHO E O CONTROLE DE TEMPO

O artigo quarto da C.L.T. considera jornada de trabalho o período de serviço efetivo segundo o critério de disponibilidade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho é de 8 horas diárias, limitadas a 44 horas semanais. Existe ainda uma regulamentação legal dos intervalos concedidos no decorrer desta jornada.

O controle da disposição temporal dos atos do trabalhador obedece à necessidade de sincronização e à tendência de cronometria, típica da sociedade industrial.

Uma vez que a sincronização e o controle do tempo são também características fundamentais da organização burocrática, decorrentes da metrificação cartesiana do tempo, do espaço e do agir, encontramos uma correspondência da mesma na regulação jurídica do trabalho, onde a qualidade e mesmo a eficiência, cedem lugar ao controle do tempo, objetivizado em padrões mínimos e à uniformização em última instância.

Uma das tendências mais marcantes do sindicalismo brasileiro no decorrer de sua história, foi a presença do estado e a relação quase simbiótica entre o mesmo e um tipo específico de burocracia sindical.⁸⁰

Os sindicatos brasileiros nasceram nas décadas de 1920 e 1930, sob a forte influência das ondas de imigração estrangeira no país. Deste modo, as tendências anarquistas e socialistas eram dominantes nestas organizações nascentes. Como associações de fato, não reconhecidas pelo Direito, os sindicatos eram, em geral, proscritos legalmente na República Velha.

Com o advento do governo Vargas, a partir de 1930, os sindicatos passaram a receber um tratamento jurídico diferenciado. A característica geral deste tratamento foi a atribuição de funções típicas do poder público a eles, objetivando que os mesmos se tornassem elementos de amortecimento das lutas entre capital e trabalho.

Esta publicização foi viabilizada pela adoção do

80 Ver Amauri M Nascimento, *As Bases do Sindicalismo Brasileiro*, in "Revista

princípio da Unidade Sindical¹⁰¹ e pela regulamentação estatal da criação e administração destes sindicatos. Pela Unidade, garantia-se a representação única de uma categoria profissional numa dada área geográfica. Como o agrupamento das profissões em categorias e a forma do reconhecimento dos sindicatos estavam subordinadas ao estado, a vinculação estatal da representação sindical foi dominante no Brasil desde 1930.

A título de exemplificação deste aspecto em particular, faremos um breve relato das normas constitucionais referentes a esta matéria:

a) Constituição de 1934 - Temos como principal característica o pluralismo sindical, resguardada a autonomia administrativa dos sindicatos limitadamente, visto que se pôs a exigência de representação de no mínimo 1/3 dos empregados da categoria na base territorial dos mesmos. Esta disposição constitucional foi complementada pelo decreto 24694/34, de cunho intervencionista e regulador.

b) Constituição de 1937 - Prescreve o Unitarismo Sindical e o aumento do controle estatal, prevendo a atribuição de funções delegadas do poder público, segundo uma organização de orientação corporativista. Devemos ter em mente que esta Constituição é mais autoritária pois refere-se ao período do Estado Novo.

c) Constituição de 1946 - A publicação da C.L.T., em 1943, pouco havia alterado a diretriz intervencionista de 1937. Esta Constituição, pela primeira vez, reconheceu a greve como um direito, porém, as regras gerais de organização sindical permaneceram inalteradas.

d) Constituição de 1967/1969 - Admite a negociação a nível de empresa, porém proibiu a greve nas atividades essenciais e manteve a Unicidade e o controle estatal.

e) Constituição de 1988 - Reconheceu a autonomia sindical, mas, paradoxalmente, manteve a Unicidade. A greve foi reconhecida como um direito incondicional, mas uma medida provisória posterior limitou muito este direito amplo, de modo que, na prática, subsistiu o controle estatal da mesma.

Um dos argumentos básicos a favor da Unicidade Sindical é o conceito de interesse coletivo da categoria. Este interesse é visto pelos defensores da Unicidade como um todo monolítico e absoluto, e não como uma dinâmica contraditória e mutável.

A pluralidade de sindicatos é vista como enfraquecedora do poder de barganha dos mesmos. Neste contexto, fica claro que o poder de barganha a que se referem os defensores da Unicidade é um poder asséptico, conforme as normas ditadas pelo estado, que visa evitar ao máximo os conflitos sociais, segundo o ideal de harmonia e concórdia entre as forças produtivas.

Os sindicatos eram concebidos como não sendo

instituições politizadas, pois a estrutura das reivindicações possíveis, dentro de seus canais de negociação, eram neutralizadas em função dos grandes debates nacionais, criando-se sindicatos orgânicos e ligados ao governo, o qual procurou mantê-los como uma de suas fontes de apoio, cooptando-os, e caso isso não fosse possível, conseguindo, ao menos, sua neutralidade política.

A longa permanência desta dependência dos sindicatos em relação ao estado, gerou consequências que não poderão ser desfeitas a curto prazo, o que é possível de comprovar-se com a atitude de largas parcelas do sindicalismo, que lutaram pela manutenção da Unicidade na Constituição de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A REFORMULAÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO WEBERIANA EM
HABERMAS

Dando uma nova formulação à distinção weberiana, Habermas parte de uma diferenciação entre trabalho e interação.

O trabalho (ou agir racional com respeito a fins) rege-se por regras técnicas baseadas no saber empírico. A interação se vale de normas obrigatórias (sancionadoras em geral), que definem expectativas recíprocas de comportamento.

Habermas constrói um quadro ilustrativo desta tipologia.⁸²

82 Jurgen Habermas, Técnica e Ciência Enquanto Ideologia, in "Benjamin, Horkheimer, Adorno & Habermas - Textos escolhidos", S. Paulo, Abril Cultural, 1983, Pg 322.

	Quadro institucional interação simbólica- mente mediatizada	Sistemas do Agir racional (instrumental/ estratégico)
Regras que orien- tam a ação	Normas Sociais	Regras Técnicas
Plano da defini- ção	Linguagem corrente participada inter- subjetivamente	Linguagem não dependente do contexto
Espécie da de- finição	Expectativas reci- procas de compor - tamento	Prognósticos e imperativos condicionais
Mecanismos de Aquisição	Interiorização de papéis	Aprendizagem de habilidades e qualificações
Função do ti- po de ação	Manutenção das ins- tituições (conformi- dade à norma, funda- da no esforço reci- proco).	Solução de pro- blemas (conquis- ta do objetivo definido nas re- lações meio-fim)

Sanções em	Punição fundamenta-	Ausência de su -
caso de viola-	da nas sanções con-	cesso; fracasso
ção da regra	vencionais; fracasso	diante da reali-
	diante da autoridade	dade.

Racionalização	Emancipação, indivi-	Crescimento das
	duação, ampliação da	forças produtivas;
	comunicação livre de	ampliação
	dominação	do poder de ma -
		nipulação técnica.

" Assim, no plano analítico, convém distinguir de modo geral o quadro institucional de uma sociedade ou do mundo do viver sócio-cultural e os subsistemas do agir racional, com respeito aos fins " encaixados " neste quadro institucional " .⁸³

O quadro que Habermas delineia a partir desta modificação de Weber é um quadro que apresenta a intersubjetividade como elemento substantivo do agir social. A racionalidade, com respeito aos fins, representa parcela

83 Jurgen Habermas, Técnica e Ciência Enquanto Ideologia, in "Benjamin, Horkheimer, Adorno & Habermas - Textos escolhidos", S. Paulo, Abril Cultural, 1983, Pg 322.

ou um subsistema imerso em uma realidade onde a racionalização é simbolicamente mediatizada.

Este esforço de Habermas teve continuidade em sua Teoria do Agir Comunicativo, onde ele delineia um tipo de racionalidade comunicativa social, um uso "ético-moral" da razão prática.⁸⁴

Na teoria de Habermas se torna claro que a neutralidade valorativa da ciência e da técnica são produtos sociais de uma sociedade na qual esta produção técnico-científica desempenha o papel central na manutenção da estrutura desta mesma sociedade. Sendo a racionalidade instrumental a mola-mestra desta estrutura, a proposta de uma teoria da ação comunicativa, voltada para a compreensão, tem seu conteúdo crítico evidenciado.

Parece haver uma forte relação entre a liberdade e a moralidade⁸⁵, e isto se encaixa bem dentro da concepção de ação comunicativa de Habermas. Porém talvez seja em Kant que a teoria de Habermas vai encontrar uma dificuldade. Kant, na Fundamentação para a Metafísica dos Costumes, parte do pressuposto da sua liberdade e da liberdade do

84 Ver Jurgen Habermas, Théorie de l'action Communicationnelle, Paris,

Fayard, 1987.

85 Ver May Brodbeck, Readings in the Philosophy of the Social Sciences

, London, Mc Millan, 1968, Cap 8.

"outro"⁸⁴, para fundar a sua moralidade transcendental. Talvez seja preciso também supor aprioristicamente uma "eticidade comunicativa possível" dos outros agentes sociais, para viabilizar a atitude emancipativa simbólica que é o cerne da ação comunicativa⁸⁷.

86 " No es suficiente que adscribamos libertad a nuestra voluntad, por cualquier razón que sea, si no tenemos base suficiente para atribuir lo propio también a todos los seres racionales. Pues sirviendo la moralidad como ley para nosotros en cuanto seres racionales, tiene que ser válida también para seres racionales y, ya que ha de ser derivada sencillamente de la propiedad de la voluntad de todos los seres racionales y no basta con mostrarla desde ciertas supuestas experiencias de la naturaleza humana (esto, por lo demás, es imposible y sólo puede mostrarse a priori), sino que debe demostrarsela como perteneciente a la actividad de los seres racionales y dotados de una voluntad."

Emmanuel Kant, Cimentación para la Metafísica de las Costumbres, Buenos Aires, Aguillar, 1973, Pg 137.

87 " Mais en réhabilitant là une éthique formaliste du type kantien, contre la réduction matérialiste de la morale à la histoire qu'on peut trouver chez Marx, J. Habermas entend dépasser aussi Kant lui-même, en substituant à la déduction transcendentale une déduction "empirique", en quoi réside cette reconstruction de la moralité, sur le fondement d'une anthropologie de la communication dans le langage. En cela, J. Habermas reste dans le droit fil de son projet de base, qui est de fonder une POLITIQUE et qui, comme chez Aristote, s'enracine dans la fonction du langage, la téléologie faisant place ici à une anthropologie matérialiste.

Ver Jean-René Ladmiral & Marc B. de Launay, "Préface", in Jurgen Habermas, Après Marx, Paris, Fayard, 1985, Pg 17.

REALIDADE E CONFLITO SOCIAL

Fundar uma epistemologia das ciências humanas na intersubjetividade não significa, de forma alguma, negar a existência de uma realidade física referencial. Significa, acima de tudo, postular um certo grau de relativismo entre a matéria e as formas de consciência.

Este relativismo se opõe à idéia da determinação total, pura e simples das formas de pensamento pela realidade material, do qual decorre um tipo de autonomia metodológica das ciências sociais (ou das ditas "ciências do espírito").

Apesar de se remeter diretamente às questões filosóficas extremamente complexas, como o que é realidade, o que é conhecimento, o que é liberdade, o desenvolvimento deste trabalho não pretende abordar estas questões em seu sentido filosófico, mas apenas deixar marcado que as mesmas fundam um tipo de relativismo epistemológico.

Este pressuposto metodológico implica na possibilidade de realização de uma sociologia do conhecimento, isto é, do estudo das relações entre realidade social e conhecimento. Não se negando a realidade física, é forçoso admitir que ela impõe limites à intersubjetividade, de certa forma relativizando o relativismo. O conceito mais intuitivo de real é o atributo dos objetos cuja existência

independe dos atos de vontade⁸⁸ do sujeito cognoscente. Há objetos sociais cuja existência raramente é contestada e , no entanto, não podem ser fisicamente observados, o que não os impede de serem altamente atuantes no mundo social. Não se pode negar que sua existência deriva diretamente da cognição por parte dos sujeitos sociais. (seriam estes objetos subjetivamente reais , ou melhor , inter-subjetivamente reais).

Se as ciências sociais se restringirem ao " campo do fisicamente observável " , atribuindo a ilegitimidade epistemológica ao "campo da consciência" , estarão automaticamente incorporando o estatuto metodológico das ciências físicas , reduzindo homem à condição de coisa e o conhecimento sociológico ao reconhecimento de padrões de uniformidade e regularidade , de "estruturas" de eventos em reação às quais o "desvio" é um mero erro estatisticamente controlado. Constituiriam , desta forma , ciências da não-liberdade no sentido atribuído por Bauman⁸⁹.

Pierre Bourdieu, enfrentando esta questão redefine a objetividade a partir de uma noção de intersubjetividade, alterando as noções tradicionais sobre o real em sociologia:

88 Ver Peter Berger e Thomas Luckmann, A Construção Social da Realidade

, Petrópolis, Ed. Vozes, cap 1.

89 Ver Zygmunt Bauman , Por uma sociologia crítica - um ensaio sobre senso

comum e emancipação , Rio de Janeiro , Zahar , 1977 , Cap 1.

" Existe uma verdade objetiva do subjetivo. Mesmo quando contradiz a verdade objetiva que se deve construir contra ele. A ilusão, enquanto tal, não é ilusória. Seria trair a objetividade considerar os sujeitos sociais como não tendo representações, como não tendo experiência das realidades construídas pela ciência, como, por exemplo, as classes sociais. Devemos, portanto, atingir uma objetividade mais alta, que substitui esta subjetividade. Os agentes têm um "vivido" que não constitui a verdade completa daquilo que eles fazem, mas que, no entanto, faz parte da verdade de sua prática." 90

Deste modo, levando ao extremo a ampla diversidade de sujeitos, concluiria-se um alto grau de indeterminação do real, que por fim obstaria a comunicação e a vida social levando o Homem ao isolamento e impossibilitando o conhecimento social, que ficaria reduzido à condição de mera "Doxa".

Mas, admitida uma realidade objetivamente fática, o seu papel seria o de padronizadora ou redutora da variabilidade das consciências. Esta uniformização não é ontológica e original, mas fundamentalmente interativa e

90 Pierre Bourdieu, Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero,

progressiva, dado que a mente evolui adaptativamente em função das percepções e pensamentos gerados na sua atividade. Os processos de educação, socialização primária e secundária e a interação comunicativa no seio da vida social são os mecanismos pelos quais esta redução de variabilidade é posta em prática. A diversidade intersubjetiva vai se adaptando por um processo análogo, em certo sentido, à seleção natural Darwiniana, pelo qual as concepções subjetivas, embora não determinadas pela matéria, são por ela confinadas a certos limites objetivos, que, conforme a situação prática, podem ser estritos ou muito amplos. Mas em essência se conserva uma certa indeterminação, originária da diferença qualitativa entre a matéria e a consciência, dado que a segunda se caracteriza pelo seu caráter inequívoco, a vontade, intencionalidade⁹¹ que a diferencia da causalidade

91 Edmund Husserl, fundador da fenomenologia, define uma subjetividade transcendental como conceito primitivo a partir do qual se poderia derivar os sentidos dos pensamentos, ao passo que a existência, dependeria da percepção.

Esta subjetividade pré-predicativa, originária do "Lebenswelt", fornece o caminho da subjetividade individual para uma inter-subjetividade coletiva, através do reconhecimento do "outro" como portador desta mesma subjetividade transcendental (e do comportamento recíproco deste "outro"). Esta condição de alteridade já havia sido proposta por Kant, como suposição necessária para fundar a moralidade transcendental a partir da liberdade entendida como consequência da vontade como causa dos atos humanos.

Ver René Toulemnt, L'Essence de la société selon Husserl, Paris, P.U.F.,

motora do mundo material.

Esta formulação encontra apoio nos conceitos desenvolvidos por Alfred Shutz⁹², no sentido de desenvolver um modelo de ciência social fenomenológico, baseado na filosofia de Husserl e numa visão de Weber que privilegia o aspecto da compreensão. Shutz formaliza uma tese geral de reciprocidade de perspectivas, baseada na idealização de intercambialidade de pontos de vista e de congruência dos sistemas de significatividades, que, em tese, seriam as bases da possibilidade comunicativa e de uma consciência comum.

Na proposta aqui contida, a reciprocidade de perspectivas seria o resultado da interação real-ideal, a nível individual, e portanto, daí deriva-se apenas uma reciprocidade relativa.

A principal consequência desta interação convergente do real sobre a subjetividade é a definição do conflito social. A nível da intersubjetividade plena, o conflito social só pode ser individual, dado o caráter puramente autônomo da consciência do indivíduo. Ao aceitar, porém, a interação do real, abre-se o espaço para se considerar o conflito coletivo como tendo seu objeto colocado nos pontos de convergência da restrição

92 Ver Alfred Shutz, El Problema de la Realidad Social, Buenos Aires,

intersubjetiva, dado que este real age diferentemente sobre as histórias individuais, que, no entanto, são de fato agrupadas socialmente (no sentido da classe social), e definem estes mesmos conflitos coletivos, mediados pela individualidade, o que os transforma em conflitos difusos, em certas situações sociais, e explícitos, em outras.

De qualquer forma, uma vez aceitas estas propostas, os sujeitos históricos continuariam a ser individuais em essência⁹³, e o sujeito coletivo seria uma metáfora⁹⁴, pois as interações sociais seriam originariamente individuais e subsidiariamente coletivas, mas é a coletividade das

93 *"Acción" como orientación significativamente comprensible de la propia conducta , sólo existe para nosotros como conducta de una o varias personas individuales"*

"Cuando habla del "estado" , de la "nación", de la "sociedad anónima" , de un "cuerpo militar" o de cualquiera otra formación semejante se refiere únicamente al desarrollo , en una forma determinada , de la acción social de unos cuantos individuos , ..."

Max Weber , Economia y Sociedad , México , Fondo de Cultura Económica , 1944 , Pg 9.

94 E , em certo sentido, uma máscara ideológica da ação social, que dirige uma visão parcial do mundo evitando a percepção das relações de poder e imposição simbólica no seio deste "sujeito social coletivo". Ao mesmo tempo em que pode afirmar o conflito externo (entre os sujeitos coletivos) esta noção implica na negação ou atenuação do conflito interno (entre os sujeitos individuais que compõem o sujeito coletivo) de modo que , se pode ser crítico externamente , no plano interno tem que praticar , para manter sua identidade e coesão organizacional, os mesmos critérios e relações de poder que critica.

concepções subjetivas que lhes confere importância histórica e a possibilidade de interagir eficazmente com a realidade social.

Uma crítica possível a estas formulações é dizer que o conceito de inter-subjetividade é inerentemente contraditório , pois leva em consideração o singular (subjetivo) e o plural (inter) , afirmando e negando a realidade ao mesmo tempo , admitindo simultaneamente o realismo e o ceticismo. Não há , no entanto, uma relação de contradição lógica mas uma interação dialética no sentido hegeliano. É da negação-reafirmção dialética contínua que nasce o novo , a mudança no social e no individual.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Após avaliar a situação das formas de trabalho, alguns poderão sentir uma certa "paranóia burocrática" ante os determinantes objetivos da evolução social numa sociedade altamente técnica, mas a intenção aqui contida foi antes esboçar a possibilidade de mudança das condições sociais através de uma linha de ação racional crítica, que leve em conta a confluência do nível comunicativo com o nível estratégico, no sentido de obter um agir orientado para a compreensão e para a mudança.

Em alguns momentos Foucault aponta uma direção semelhante:

" ... o ponto de convergência em que me situo, consistiria em uma reelaboração da teoria do sujeito. (...)

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo apartir do que se dá a história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história"⁹⁵

95 Michel Foucault, A Verdade e as Formas Jurídicas, Rio de Janeiro,

sobre a realidade social (Parcela congruente de liberdade individual, mas para exercer um efeito modificador da ação individual) pode ser uma afirmação da nível da coletividade.

condicionantes e que estes sejam extremamente efetivos a isto não significa, no entanto que não existam última instância da indeterminação material da consciência. social como originariamente individual, pois derivada em Neste sentido se confirma a posição que vê a ação

presente na consciência humana dotado da característica da liberdade, ontologicamente rejeitada, perante a afirmação de um espaço de ação social determinação absoluta dos destinos sociais é firmemente No contexto da teoria que foi aqui colocada, a partir de uma certa visão metodológica.

determinadas estruturas condicionantes do mundo social a certo tipo de racionalidade, se pode compreender processo de burocratização, que implica na imposição de um considerar o Direito do Trabalho uma expressão de um situação prática, seja ela concreta ou abstrata. Ao estabelecer um critério de ação, frente a uma determinada Antes de mais nada, a função de uma teoria é para a contínua evolução das relações sociais.

caráter interativo à relação real-sujeito, se abre espaço conflitos como inerentes à vida social, mas ao atribuir o nos pressupostos metodológicos implica na aceitação A intersubjetividade tomada como ponto de partida

intersubjetividades), esta ação passa pelo fenômeno da comunicação e da sua eficácia na aglutinação de outros referenciais subjetivos, surge a sua possibilidade de modificar os condicionantes sociais. Para que a liberdade individual se transforme na liberdade coletiva é preciso a comunicação livre (Indeterminada , embora não incondicionada , ao menos em princípio .)

A Razão , grande ícone da sociedade moderna, é o meio de realização deste projeto de mudança , pois é a afirmação mais concreta da consciência e da sua capacidade de afirmação da natureza humana , como genialmente percebeu Descartes ao dizer " Cogito ergo sum " .

No entanto , a Razão é um produto da consciência , não sua fonte . É também relativa e relacional , como argumentou Weber , e a absolutização de sua forma instrumentalizada gerou realidade "desencantada" da Técnica e da Burocracia , o projeto de dominação e controle absoluto da Natureza e do Homem.

A desmistificação da razão instrumental como a natureza única do homem, apresentando-a como uma característica socialmente dada, permite inferir que sua neutralidade axiológica , é também um valor e neste sentido há sempre uma forma de racionalidade substantiva determinante dos valores que orientam a adequação meios-fins típica da racionalidade instrumental.

As relações de trabalho sendo o campo material mais concreto das interações humanas, não poderiam deixar de

expressar esta tensão. A possibilidade de mudança do quadro efetivo das relações de trabalho depende fundamentalmente da mudança subjetiva. A aceitação apriorística da racionalidade instrumental burocrática conduz à crescente burocratização da sociedade em todos os seus aspectos.

Sindicatos burocratizados e órgãos do estado encarregados de aplicar procedimentos dogmáticos de direito visando amortecer conflitos sociais são conseqüências desta visão.

Mas se a Razão não é unívoca, a posição social do Homem permite a reflexão sobre sua própria situação. Peter Berger, mesmo dentro de uma abordagem que reforça o condicionamento social admite esta possibilidade:

"Voltemos mais uma vez à imagem do teatro de marionetes. Vemos as marionetes dançando no palco minúsculo, movendo-se de um lado para outro levados pelos cordões, seguindo as marcações de seus pequeninos papéis. Aprendemos a compreender a lógica desse teatro e nos encontramos nele. Localizamo-nos na sociedade e assim reconhecemos nossa própria condição, determinada por fios sutis. Por um momento vemo-nos realmente como marionetes. De repente, porém, percebemos uma diferença entre o teatro de bonecos e nosso próprio drama. Ao contrário dos bonecos, temos a possibilidade de

interromper nossos movimentos , olhando para o alto e divisando o mecanismo que nos moveu . Este ato constitui o primeiro passo para a liberdade . E neste mesmo ato encontramos a justificação definitiva da sociologia como disciplina humanística."⁹⁶

Se as ciências sociais passam a postular uma função ativa na transformação da sociedade e se dão conta que isto só pode ser viável através de uma ação comunicativa. Como superar o grande dilema da incomunicabilidade dos discursos eruditos das ciências humanas?

Como transformar relações sociais a partir de idéias e discursos que para a maior parte dos homens são totalmente incompreensíveis?

Especialmente a análise crítica só pode cumprir seu papel se for comunicada , se deixar de ser subjetiva e se tornar inter-subjetiva , ou seja , real no sentido social. Este é o grande obstáculo ao projeto de transformação do social baseado na razão. Não há até agora uma resposta clara para esta questão, mas na sociedade moderna encontramos incontestavelmente todos os indícios de um processo crescente de racionalização objetiva , presente em todos os ramos do desenvolvimento técnico e científico.

⁹⁶ Peter berger , "Perspectivas Sociológicas - Uma visão humanística", Petrópolis, Vozes, 1986, Pgs 193-194 .

Até quando este desenvolvimento será a-crítico em relação à razão que o gerou ?

As contradições da racionalização ainda não se realizaram por completo e o projeto de uma ciência social crítica se baseia na idéia de que mesmo a razão tem suas contradições dialéticas. Não sendo um fenômeno unívoco a racionalidade seria evolutiva no seu contexto social e a geração de novos cenários sociais ,através do desenvolvimento técnico e científico , da razão objetiva, modifica interativamente tanto as formas de racionalidade subjetiva (instrumental e substantiva) , quanto à própria realidade física. A racionalidade substantiva , que parecia banida do universo tecnicizado retorna como um de seus elementos constitutivos .Trata-se de reagir ao desencanto do mundo pela racionalização através das armas da própria razão , de suas potencialidades , que não se esgotam na instrumentalização e controle .Este projeto se insere dentro do que Habermas definirá como uso ético-moral da razão prática e constitui uma forma de ver a atividade humana através da sua liberdade⁹⁷.

A arte muitas vezes se antecipa à ciência na

97 A concepção de liberdade empregada aqui diz respeito à indeterminação ontológica da consciência e não a diversas definições de liberdade que foram dadas no desenvolvimento das idéias políticas que concluem por dizer que liberdade é obedecer a alguma coisa (Leis naturais , Vontade Geral, Razão Transcendente , etc...)

percepção e análise dos problemas humanos . No caso da razão não foi diferente. Muitos exemplos poderiam ser citados entre os artistas e poetas que viveram e procuraram expressar o drama da razão , citarei apenas um deles em uma famosa saga literária que já foi muitas vezes analisada , mas que continua presente e atual nos nossos dias. O Fausto de Goethe , que lhe ocupou praticamente toda sua vida (esta obra foi iniciada em 1770 e só foi publicada em 1831 , um ano antes da morte do escritor). A trama da história é bem conhecida , mas admite diversas interpretações . Berman⁹⁸ interpreta que o Fausto de Goethe representa o desejo de desenvolvimento e as tensões inerentes à racionalização do mundo.

Num dos pontos culminantes da tragédia Fausto está empenhado em fomentar e supervisionar uma grande obra, para subjugar a natureza e aproveitar a energia desperdiçada do mar , da natureza e obter o controle dos elementos para o desenvolvimento da humanidade, da imposição da razão sobre a natureza, moldando-a assim como moldando a conduta humana. Mas o grandioso projeto esbarra com a obstinação de dois pacatos velhinhos , Baúcia e Filemo, que se recusam a deixar sua pequena propriedade encravada no meio do grande projeto. Esta recusa , baseada no apego a valores tradicionais , opõe uma razão substantiva estranha a Fausto , que termina por

98 Ver Marshall Berman , Tudo que é Sólido Desmancha no Ar , São Paulo , Cia.

fazer com que este ordenasse sua retirada à força. Mefisto ao executar esta retirada mata os dois anciãos e isto passará a atormentar Fausto ao despertar sua percepção para os valores destruídos no seu projeto de imposição e controle racional da natureza. Ao completar o projeto de destruição da ética tradicional Fausto está pronto para morrer, mas fica cego, continuando sua obra, vibrando a contradição de visionário de um novo mundo e voltando às suas origens como se lembrasse que disse ao começar sua aventura:

Cinzentas são todas as teorias
e verde apenas a dourada árvore da vida⁹⁹

A tragédia de Fausto, assim como outras expressões artísticas revela a contradição inerente à razão e é graças a estas expressões, à arte, à música, aos sentimentos perceptíveis em toda parte que se pode crer que o modelo despersonalizado de uma razão fria e calculada não é o único possível. Nossa possibilidade de mudança e de construção de um conhecimento crítico da realidade depende da não aceitação do modelo racional instrumental como o único possível, mas seria um erro igualmente grave negá-lo e cair num idealismo profético-poético.

Não podemos negar a realidade. Mas aceitar o que

⁹⁹ W. Goethe, Fausto, São Paulo, Ed. Três, 1974, Primeira Parte, Cena 4

nos dizem que é realidade, implica em efetivamente transformar o que foi dito em realidade social. A possibilidade de agir no sentido da transformação social só existe no momento em que se reflete sobre as formas de construção social da realidade e da construção social do pensar.

A potencialidade de mudança está no indivíduo, mas a possibilidade de mudança está no coletivo e é preciso extrair desta dualidade as suas consequências. Quando se fala em mudar as relações de trabalho, normalmente se pensa em termos de reforma ou revolução, mas no quadro de referência que pretendi esboçar nenhuma destas alternativas seria suficiente. Como já foi dito por alguém, é preciso reformar a revolução e revolucionar as reformas.

Um projeto, talvez quixotesco, de reconstruir a Maiêutica socrática na sociedade industrial.

é este o papel de um conhecimento crítico.

**DIREITO , TRABALHO
E
BUROCRACIA**

ANEXO / BIBLIOGRAFIA

**Flavio Carvalho de Vasconcelos
EAESP/FGV**

DISSERTACAO DE MESTRADO

BIBLIOGRAPHIA

Anderson, Perry, Linhagens do Estado Absolutista, Porto, Afrontamento, 1984.

Anderson, Perry, Passagens da Antiguidade ao Feudalismo, Porto, Afrontamento, 1982.

Ansart, Pierre, Ideologias, Conflitos e Poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Ansoff, Igor, Estratégia Empresarial, São Paulo, McGraw-Hill, 1977.

Arendt, Hannah, A Condição Humana, Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Salamandra-EDUSP, 1981.

Aristote, Política, comentado por Marcel
Prélot, Paris, PUF, 1950.

Barata Silva, Compêndio de Direito do Trabalho,
São Paulo, Ed. LTR, 3ed, 1983.

Bauman, Zygmunt, Por Uma Sociologia Crítica - Um
Ensaio sobre Senso Comum e Emancipação, Rio de Janeiro,
Zahar, 1977.

Beer, Stafford, Cybernetics and Management,
London, English University Press, 1968.

Bendix, Reinhard, Max Weber - Um Perfil
Intelectual, Brasília, Ed. U.N.B., 1986.

Berger, Peter & Luckmann, Thomas, A Construção
Social da Realidade, Petrópolis, Vozes, 1976.

Berger, Peter, Perspectivas Sociológicas,
Petrópolis, Vozes, 1986.

Berman, Marshall, Tudo que é Sólido Desmancha no
Ar, São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

Bernardo, João, O Inimigo Oculto, Porto,
Afrontamento, 1979.

Bertalanffy, Ludwig von, Teoria Geral dos
Sistemas, Petrópolis, Vozes, 1977.

Bobbio, Norberto, As Ideologias e o Poder em
Crise, São Paulo: Pólis, Brasília: Ed. U.N.B., 1989.

Bobbio, Norberto, Teoria do Ordenamento
Jurídico, São Paulo: Pólis, Brasília: Ed. U.N.B., 1989.

Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude, La
Reproduction, Paris, Ed. du Minuit, 1970.

Bourdieu, Pierre, Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

Brodbeck, May, Readings in the Philosophy of the Social Sciences, London, Mc Millan, 1968.

Brubaker, Rogers, The Limits of Rationality, London, G. Allen & Unwin, 1984.

Burrell, Gibson, & Morgan, Garrett, Sociological Paradigms and Organizational Analysis, London, Heinemann, 1982.

Burns, Edward M., História da Civilização Ocidental, Porto Alegre, 1952, 2a.Ed.

Capela, Juan Ramón, El Derecho como Language, Barcelona, 1968.

Capra, Fritjof, O Ponto de Mutação, São Paulo, Ed.Pensamento, 1987.

Clastres, Pierre, A Sociedade contra o Estado,
Rio de Janeiro, F.Alves, 1978.

Cohen, Abner, O Homem Bidimensional - A
Antropologia do Poder e o Simbolismo em Sociedades
Complexas, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Correa, Oscar, " A Concepção Jurisdicista do
Estado no Pensamento Marxista ", in Crítica do Direito e
do Estado, Carlos Alberto Plastino (org.), Rio de
Janeiro, Ed.Graal, 1984.

Correia, A. & Sciascia, G., Manual de Direito
Romano, Rio de Janeiro, Livros Cadernos.

Coulanges, Fustel de, A Cidade Antiga, Lisboa,
Clássica, 1941.

Cretella Jr., José, Curso de Direito Romano, Rio
de Janeiro, Forense, 1980, 7ed.

De Mayo, Bartezzaghi, A Informática e o Processo de Tomada de Decisão, São Paulo, Max Limonad, 1985.

Del Vecchio, Giorgio, Licções de Filosofia da Direção, Coimbra, A. Amado, 1979.

Descartes, René, Discurso sobre o Método, São Paulo, Hemus.

Descartes, René, Regras para a Direção do Espírito, Lisboa, Ed. Setenta.

Eisenstadt, S.N., " Burocracia, Burocratização e Desburocratização - Condições de Desenvolvimento das Organizações Burocráticas ", in Amitai Etzioni, (org.), Organizações Complexas, São Paulo, Atlas, 1973.

Eisenstadt, S. N., Revolução e a Transformação das Sociedades - Um Estudo Comparativo de Civilizações, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Engels, Friedrich, A Origem da Família, da
Propriedade e do Estado, Lisboa, Ed. Presença.

Etzioni, Amitai, Complex Organizations, New
York, Free Press, 1971.

Faria, José Eduardo C. O., Eficácia Jurídica e
Violência Simbólica, São Paulo, EDUSP, 1988.

Ferraz Jr., Tércio S., Função Social da Dogmática
Jurídica, São Paulo, Ed. RT, 1980.

Ferraz Jr., Tércio S., Tecnica da Norma Jurídica,
Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1978.

Ferraz Jr., Tércio S., Introdução ao Estudo do
Direito, São Paulo, Atlas, 1988.

Foucault, Michel, A Verdade e as Formas
Jurídicas, Rio de Janeiro, Cadernos P.U.C. 16, 4ed, 1979.

Foucault, Michel, Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 4ed, 1984.

Friedmann, Georges, O Trabalho em Migalhas, São Paulo, Perspectiva, 1972.

Fromm, Erich, Psicanálise da Sociedade Contemporânea, Rio de Janeiro, Zahar, 1959.

Galbraith, John Kenneth, A Era da Inerência, São Paulo, Pioneira, 1981.

Galilei, Galileu, O Ensaíador, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978.

Genro, Tarso Fernando, Contribuição à Crítica do Direito Coletivo do Trabalho, Porto Alegre, Síntese.

Genro, Tarso Fernando, Direito Individual do Trabalho - Uma Abordagem Crítica, São Paulo, LTR, 1985.

Glötz, Gustave, História Econômica da Grécia, Lisboa, Cosmos, 1946.

Godelier, Maurice, L'Idéal et le Matériel, Paris, Fayard, 1984.

Greimas, Algirdas Julien, & Landowski, éric
"Análise Semiótica de um Discurso Jurídico", in Semiótica e Ciências Sociais, São Paulo, Ed.Cultrix, 1981.

Guerreiro Ramos, Alberto, A Nova Ciência das Organizações, Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1981, Cap 1.

Gutiérrez, Eustáquio G., La Filosofía Política de San Tomás de Aquino, Madrid, Ed. Revista de Derecho Privado, 1945.

Habermas, Jurgem, " Técnica e Ciência enquanto Ideologia ", in Benjamin, Horkheimer, Adorno & Habermas - Textos Escolhidos, São Paulo, Abril Cultural, 1983, (Pgs 313-343).

Habermas, Jurgem, Após Marx, Paris, Fayard, 1985.

Habermas, Jurgem, Teoria da Ação Comunicacional, Paris, Fayard, 1987.

Hobbes, Thomas, Leviatã, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

Hollis, Martin & Nell, Edward J., O Homem Econômico Racional - Uma Crítica Filosófica da Economia Neoclássica, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

Huberman, Leo, História da Riqueza do Homem, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Hueck & Nipperdey, Compendio de Derecho del Trabajo, Buenos Aires, Ed R.D.P., 1963.

Jaccard, Pierre, Histoire Sociale du Travail, Paris, Payot, 1960.

Kant, Emmanuel, Fundamentación para la Metafísica de las Costumbres, Buenos Aires, Aguillar, 1973.

Kant, Emmanuel, Crítica da Razão Pura, São Paulo, Ed Hemus.

Katz, Daniel & Khan, Robert, Psicologia Social das Organizações, São Paulo, Atlas, 1970.

Kelsen, Hans, Teoria Pura da Direito, Coimbra, A. Amado, 1979.

Kuhn, Thomas S., A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Perspectiva, 1987.

Lawrence, Paul & Lorsch, Jay, O Desenvolvimento das Organizações - Diagnóstico e Ação, São Paulo, E. Blucher, 1972.

LeMené, Michel, A Economia Medieval, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Lilienfeld, Robert, The Rise of Systems Theory - An Ideological Analysis, New York, J Willey & Sons, 1978.

Machline, Weil, Schoeps & Sá Motta, Manual de Administração da Produção, Rio de Janeiro, FGV.

Magano, Otávio B., Organização Sindical Brasileira, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1986.

Mannheim, Karl, "Ideology and the Sociology of Knowledge", in May Brodbeck (Org.), Readings in the Philosophy of the Social Sciences, London, McMillan, 1968, (Pgs.114-123).

Maravall, José Maria, "Trabalho", in Dicionário de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1986, pg.1249.

McNeill, Willian, História Universal - Um Estudo Comparado de Civilizações, São Paulo, EDUSP/Globo, 1972.

Merton, Robert K., Sociologia - Teoria e Estrutura, São Paulo, Mestre Jou, 1968.

Meunier, Mário, Mitologia Grega, São Paulo, IBASA, 1986.

Motta, Fernando C. Prestes, Organização e Poder, São Paulo, Atlas, 1986.

Motta, Fernando C. Prestes, Teoria Geral da Administração, São Paulo, Pioneira, 1976, 4 ed.

Nascimento, Amauri M., Curso de Direito Processual do Trabalho, São Paulo, Saraiva, 10ed,1989.

Nascimento, Amauri M., " As Bases do
Sindicalismo Brasileiro ", in Revista F.M.U., São Paulo,
1989.

Nascimento, Amauri M., Curso de Direito do
Trabalho, São Paulo, Ed.Saraiva, 1989.

Nonet, P. & Selznick, P., Law and Society in
Transition: Toward a Responsible Law, New York, Harper,
1978.

Pereira, Luiz Carlos Bresser, A Sociedade
Tecnoburocrática, São Paulo, Brasiliense, 1982.

Perry, Marvin, " O Problema do Irracionalismo",
in Civilização Ocidental, Marvin Perry, (org.), São
Paulo, Martins Fontes, 1985.

Perry, Marvin, " O Princípio do Cristianismo,
Uma Religião Mundial ", in Civilização Ocidental, Marvin
Perry, (org.), São Paulo, Martins Fontes, 1985.

Pirenne, Henri, História Econômica e Social da Idade Média, São Paulo, Mestre Jou, 1982.

Porter, Michael, Estratégia Competitiva, Rio de Janeiro, Campus, 1986.

Reale, Miguel, Teoria Tridimensional do Direito, São Paulo, Saraiva, 3ed, 1980.

Romita, Arion Sayão, " A Norma Jurídica no Direito do Trabalho ", in A Norma Jurídica, Sérgio Ferraz, (org.), Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1980.

Ruscoli, Gian Enrico, " Razionalità, Razionalizzazione e Burocratizzazione ", in Max Weber e L'Analisi del Mondo Moderno, Pietro Rossi, (org.), Torino, 1981.

Santos, Boaventura dos, " Ensaio para uma Ciência Pós-Moderna ", in Estudos Avançados, número 2, Volume II, São Paulo, EDUSP, 1988.

Santos, Maria Celeste C. L. dos, Poder Jurídico e Violência Simbólica, São Paulo, Cultural Paulista, 1985.

Schutz, Alfred, El Problema de la Realidad Social, Buenos Aires, Amorrortu, 1974.

Simões, Carlos, "Relação de Emprego e Relações de Produção ", in Crítica do Direito, São Paulo, LECH, 1980.

Simon, Herbert & March, James, Teoria das Organizações, Rio de Janeiro, FGV, 1980.

Simon, Herbert, Comentário Administrativo, Rio de Janeiro, FGV, 1970.

Smith, Adam, Investigação sobre as Causas da Riqueza das Nações, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

Spinoza, Benedictus de, Ética, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

Strauss, Léo, The Political Philosophy of Hobbes, Chicago, Un. of Chicago Press, 1952.

Sweezy, Paul & Dobb, Maurice, Do Feudalismo ao Capitalismo, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1978.

Tofler, Alvin, A Terceira Onda, Rio de Janeiro, Record.

Toulet, René, L'Essence de la Société selon Husserl, Paris, P.U.F., 1962.

Toynbee, Arnold, Um Estudo de História, Brasília, UNB, São Paulo, Martins Fontes, 1986.

Toynbee, Arnold, A Humanidade e a Mãe-Terra, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Tragtemberg, Maurício, Burocracia e Ideologia, São Paulo, Ática, 1974.

Upjohn, Everaldo, & outros, História Mundial da Arte, Vol.II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1973.

Viehweg, Theodor, Tópica y Jurisprudencia, Barcelona, Taurus, 1964.

Villey, Michel, La Formation de la Pensée Juridique Moderne, Paris, Chatelet.

Warat, Luís Alberto & Cunha, Rosa M. Cardoso da, Ensino e Saber Jurídico, Rio de Janeiro, Eldorado-Tijuca, 1977.

Weber, Max, Economía y Sociedad, México, Fondo de Cultura Económica, 1944.

Weber, Max, Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro, Zahar, 4ed., 1979.

Weber, Max, " "Objectivity" in Social Science",
in Readings in the Philosophy of the Social Science, Max
Brodbeck (org.), London, McMillan, 1968, (Pgs 85-97).

Weber, Max, "Os Três Aspectos da Autoridade
Legítima", in Organizações Complexas, Amitai Etzioni
(org.), São Paulo, Atlas, 1986.

Young, Oran R., Introdução à Análise de Sistemas
Políticos, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.